



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 18

I Sessão Legislativa

Horta, segunda-feira, 19 de abril de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Elisa Sousa) e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”**](#), [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”**](#) e [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”**](#).

Após a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Sérgio Ávila (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), Rui Anjos (*PS*), Francisco César (*PS*), Miguel Costa (*PS*), Sandra Faria (*PS*), António Vasco

Viveiros (*PSD*), Sabrina Furtado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Lubélio Mendonça (*PS*), Valdemira Gouveia (*PS*), Ana Luís (*PS*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), José Pacheco (*CH*), Manuel Ramos (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), Marta Matos (*PS*), Carlos Freitas (*PSD*), Célia Pereira (*PS*), Vânia Ferreira (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Luís Soares (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, sejam bem-vindos. A todos desejo um bom trabalho nesta semana, que é uma semana longa de trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Boa tarde a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Marta Ávila Matos

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Chega (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este período legislativo de abril é um período que se reveste de grande importância, serão discutidas as **Propostas de Orientação de Médio Prazo 2021-2024, bem como o Plano e Orçamento da Região para este ano.**

Estas matérias regem-se pelos artigos 163.º a 165.º do Regimento da Assembleia. O debate foi organizado pela Conferência de Líderes. Os tempos são os seguintes: o Governo e o PS dispõem, para o debate, de 235 minutos; o Partido Social Democrata, 180 minutos; o CDS-PP, 36 minutos; o Chega, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 24 minutos; as Representações Parlamentares da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem, cada, de 15 minutos.

O debate inicia-se com a apresentação dos diplomas. Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário, tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em março de 2020, o surto de Covid-19 lançou subitamente os Açores, tal como o resto do mundo, numa crise de saúde pública, económica e social sem precedentes.

A economia açoriana poderá ter contraído mais de 7% do PIB em 2020, um valor semelhante ao do todo nacional, depois de um crescimento estimado de 2,1% em 2019.

O efeito da queda acentuada da atividade económica sobre as famílias e as empresas, nomeadamente a ameaça de desemprego e de perda de rendimentos, foi atenuada com medidas de emergência, tais como os apoios à manutenção dos postos de trabalho e as medidas para garantir a liquidez das empresas, sob a forma de subvenções a fundo perdido e/ou garantias que manteremos enquanto for necessário.

Com a melhoria da situação sanitária – o fator fundamental é a vacinação – avançaremos para políticas de crescimento assentes no dinamismo da economia privada, no investimento público e privado, em medidas específicas de recapitalização dos setores mais gravemente atingidos pela pandemia e políticas ativas direcionadas ao mercado laboral, onde o Plano de Recuperação e Resiliência será um instrumento essencial, tal como está previsto nas Orientações de Médio Prazo 2021/2024.

Por isso, um dos principais objetivos deste Plano e Orçamento é o de enfrentar a pandemia e os seus efeitos, de forma reforçada, uma vez que uma análise objetiva conclui que as medidas executadas em 2020 na Região pelo anterior Governo do Partido Socialista foram manifestamente insuficientes.

De facto, dados recentes da Direção-Geral do Orçamento do Governo da República atestam que, enquanto a Madeira aplicou 137,5 milhões de euros em “medidas pandemia”, representando 10% da sua despesa pública e 3,5% do PIB, os Açores, então liderados pelo Partido Socialista e com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ao leme, ficaram-se pelos 70,4 milhões de euros, apenas 5,2% da

despesa e 1,7% do PIB, ou seja, cerca de metade.

Neste âmbito, destaca-se nas propostas de Plano e Orçamento o aumento significativo do orçamento do Serviço Regional de Saúde para 419 milhões de euros, um crescimento de 17% em relação a 2020 e de 38% em relação a 2019. Com o objetivo de fazer face ao acréscimo dos pagamentos em atraso, verificado nos últimos anos, nomeadamente ao nível do Serviço Regional de Saúde, está previsto o recurso a um empréstimo de 75 milhões de euros, através do qual daremos início ao plano de recuperação dos pagamentos em atraso, que se estima concluído no prazo de três anos. Este empréstimo não terá qualquer efeito na dívida da Região, pois será uma mera substituição de dívida comercial por dívida financeira, mas será um passo decisivo na transparência das contas públicas e sustentabilidade do Sistema Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A pandemia de Covid-19 continua a ser uma ameaça para a saúde pública e para a economia.

À medida que a vacinação progride, vemos a recuperação ao fundo do túnel e esperamos um segundo semestre de recuperação económica, mas os níveis de incerteza permanecem elevados. Por isso, o reforço dos estímulos orçamentais dirigidos à economia, às empresas e aos cidadãos continua a ser a nossa prioridade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas também é necessário um forte impulso para o crescimento e para a recuperação.

O maior desafio dos próximos anos será o de aumentar a capacidade produtiva da economia açoriana e colocá-la numa trajetória de crescimento robusto e de

convergência com o País e a União Europeia, o que não aconteceu nas últimas duas décadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Conhecemos os estrangulamentos, as dificuldades e os desafios envolvidos para reformar os Açores.

Não podemos perder tempo. Estamos confrontados com uma oportunidade histórica de transformar a Região Autónoma dos Açores, tornando-a mais moderna.

Temos os recursos extraordinários da União Europeia à nossa disposição e move-nos o imperativo de aplicá-los com o olhar cuidadoso sobre as gerações futuras!

Para isso, é essencial obter valor do gasto público: gastar bem na saúde, gastar bem na educação para melhorar os baixos índices e recuperar da aprendizagem perdida com a pandemia, ajudar os trabalhadores e as empresas a enfrentar as mudanças estruturais que se avizinham e adaptar-se aos novos mercados pós-pandemia, mas também modernizar a Administração Pública, reestruturando o Setor Público Empresarial Regional; investir em infraestruturas necessárias com cofinanciamento comunitário; promover a transparência e o combate à corrupção; regularizar a precariedade laboral e adotar uma postura exigente e meritocrática.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A proposta de Orçamento para 2021 atinge cerca de 1900 milhões de euros, contemplando verbas extraordinárias para fazer face aos efeitos da pandemia Covid-19, bem como da recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo.

É uma proposta de Orçamento que incorpora as orientações programáticas aprovadas em dezembro passado nesta Assembleia, assegura a redução fiscal no IVA, no IRC e no IRS, a reestruturação do Setor Público Empresarial Regional e contempla o reforço de medidas de apoio ao rendimento das famílias, à liquidez das empresas e ao setor social.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Nas receitas próprias da Região, de 864,4 milhões de euros que constituem mais de metade do financiamento do Orçamento regional, a receita fiscal prevista atinge o montante global de 675,3 milhões de euros, apenas mais 1,1% do que em 2020. Esta variação, muito inferior à registada no Orçamento de Estado de 2021 (+6,9%), resulta de estimativas efetuadas numa base de prudência orçamental, em simultâneo com efeitos parciais da reforma fiscal constante desta proposta de Orçamento, sobretudo ao nível do IVA.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ainda a propósito da receita fiscal da Região, em concreto, em sede de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), num trabalho de concertação entre o XIII Governo Regional dos Açores e o Governo da República, a Região arrecadará 2,1 milhões de euros que não tinham sido devidamente salvaguardados no Orçamento do Estado para 2021.

Foi possível, em benefício dos açorianos, ultrapassar aquilo que consideramos um lapso do legislador, testemunhando que este Governo não assumirá um papel sectário de oposição ao Governo da República.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Esta proposta de Orçamento contempla dotações significativas para a área dos transportes, de modo particular os transportes aéreos, para garantir os meios financeiros necessários à SATA que lhe permitam dar cumprimento ao

plano de reestruturação em análise na Comissão Europeia e, ainda, para a criação da Tarifa Açores a partir de 1 de junho do corrente ano.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É inadiável dar a resposta que os açorianos exigem face à situação insustentável deixada pelo anterior Governo.

Neste contexto, o montante da receita prevista resultante da reposição dos aumentos de capital ilegais efetuados pelo anterior Governo Regional na SATA, não resulta de qualquer boa gestão ou generosa herança deixada pelo Governo Regional anterior, uma vez que as necessidades financeiras desta empresa, no contexto do seu plano de reestruturação em apreciação, são claramente superiores à referida reposição.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Ora bem!

O Orador: O saldo orçamental transitado de 2020, de 77 milhões de euros, também não é uma generosa herança do anterior Governo Regional, já que corresponde, sobretudo, à receita fiscal de dezembro de 2020, recebida em meados de janeiro de 2021, e resulta do acatar de uma recomendação recorrente do Tribunal de Contas pelo atual Governo Regional, no sentido de se eliminar o período complementar de execução orçamental, o qual, segundo o Tribunal de Contas, colocava em causa o princípio orçamental da anualidade.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Muito bem!

O Orador: Como a receita fiscal de dezembro de 2021 transitará em saldo para o Orçamento de 2022, o saldo mencionado não corresponde a qualquer acréscimo de disponibilidades, como erroneamente já foi afirmado publicamente por Srs. Deputados do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional optou por recorrer a 110 milhões de euros de endividamento, para continuar a assegurar respostas imediatas à pandemia e a mais 60 milhões de euros destinados a compartilhar projetos de investimento cofinanciados por fundos europeus, conforme o previsto na Lei do Orçamento do Estado de 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é bem assim!

O Orador: Trata-se de um acréscimo extraordinário de endividamento de 170 milhões de euros, claramente inferior ao do ano de 2020, que ascendeu a 353 milhões de euros.

Também na senda de acatar as recomendações do Tribunal de Contas, dá-se início a um processo de melhoria da transparência orçamental, através da afetação de algumas despesas de funcionamento que estavam contempladas nas despesas de investimento, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Olhe que não!

O Orador: ... no valor de 13,2 milhões de euros, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sendo 11,1 milhões de euros no setor da Saúde e 2,1 milhões de euros na RIAC.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é o que o senhor diz!

O Orador: Por outro lado, a regularização extraordinária de pessoal destinada a integrar nos quadros da Administração Pública Regional trabalhadores contratados a termo certo ou em regime de prestação de serviços há pelo menos dois anos, beneficiará cerca de 400 trabalhadores (destaque para assistentes operacionais – 205, técnicos superiores – 99 e assistentes técnicos – 70), com particular impacto nos setores da Educação, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Paralelamente à estabilização dos quadros da Administração Pública Regional, este Governo promoverá a mobilidade, uma vez que o conhecimento da realidade por parte deste Governo expressa-se na preocupação pela dimensão que a função pública atingiu. De acordo com o Sistema de Informação da Organização do Estado, nos últimos oito anos, o número de trabalhadores na Administração Pública Regional dos Açores aumentou 8,9%, quando, no mesmo período, na Administração Pública Central o número de trabalhadores decresceu 1,1% e na Administração Pública Regional da Madeira decresceu 6,7%.

Deputado Carlos Silva (PS): Vai despedir funcionários?

O Orador: A remuneração complementar será aumentada em 2,5%. Uma medida que abrange cerca de 8.500 trabalhadores.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: O complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens aumentará também 2,5% e o complemento regional de pensão terá um aumento de 5%, beneficiando 30.400 pensionistas, 20.300 dos quais têm rendimentos abaixo de 438 euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Planos regionais, juntamente com o Orçamento regional, constituem os mais importantes instrumentos de definição da política económica e financeira da Região e da sua estratégia de desenvolvimento económico e social.

As competências político-legislativas em matéria de Orçamento e de Plano encontram-se repartidas entre os dois órgãos de governo próprio da região autónoma: a Assembleia Legislativa e o Governo Regional, estando submetidos a uma dupla reserva – de iniciativa originária e de execução, conferida ao Governo Regional, e de iniciativa superveniente e aprovação, por decreto legislativo regional, conferida à Assembleia Legislativa.

Segundo o distinto constitucionalista português Jorge Miranda, a colaboração de vários órgãos e sujeitos de ação parlamentar no aperfeiçoamento do texto originário pode revelar-se muito útil, porque a própria ideia de racionalidade ligada ao debate parlamentar o impõe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com o espírito de diálogo político e social que é a sua marca, o Governo Regional enquanto autor da proposta de decreto legislativo regional procurará ainda, junto desta Assembleia, aperfeiçoar a proposta apresentada de modo a nela incluir aspetos que considere relevantes levar à sua discussão, votação e eventual aprovação. É à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que cumprirá, afinal, a decisão democrática de acolher ou rejeitar quaisquer alterações à proposta inicial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O sistema político democrático cuja expressão nos Açores é a Autonomia foi criado para evitar a tirania. Por isso, o poder é controlado, dividido e partilhado. Fazer que tudo funcione requer determinação, energia, engenho, tolerância e confiança nas instituições democráticas de que o Governo faz parte. Pela nossa parte vamos concentrar-nos, acima de tudo, na execução, porque a governação não é um permanente programa de propaganda nem a política um conjunto de atos simbólicos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O novo Governo não é o problema e quer ser a solução para muitos problemas.

A estratégia é simples: menos promessas e mais execução.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão apresentados os documentos. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. A Mesa já tem várias inscrições.

O que está acordado na Conferência de Líderes é que se seguem um conjunto de intervenções, dentro de um período. E dada a latitude do debate chamado de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos, hoje, o debate das propostas de Orçamento, do Plano de investimento e das Orientações a Médio Prazo.

A nossa participação na análise e debate destes documentos pretende ser um contributo construtivo e rigoroso para o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma contradição vindo da vossa parte!

O Orador: Por isso, não aceitamos contribuir para um debate onde se procure defender que tudo o que é apresentado é bom, onde aqueles que antes tudo criticavam, acham agora que nada é passível de crítica, mesmo quando repetem e mantêm muitos projetos, medidas, ações e até normas do Orçamento, que antes criticavam ferozmente e que agora, poucos meses depois, apoiam e subscrevem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Mas também não aceitamos contribuir para um debate onde se assuma que está tudo mal, que tudo se critique e que se tenha uma postura contra tudo e contra todos.

Nunca tem razão quem tudo critica, como também nunca terá razão quem tudo elogia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Deve ser no equilíbrio responsável entre a identificação das falhas, dos erros, das omissões e essencialmente das divergências estratégicas e a justa valorização das boas medidas e opções que se constrói o futuro dos Açores.

Participamos ativamente neste debate, assumindo com orgulho o nosso património na defesa e desenvolvimento dos Açores, apoiando as boas medidas e procurando identificar o que está errado, mas essencialmente alertando para as consequências futuras das opções agora tomadas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Este Orçamento e Plano evidencia a diferença entre a promessa e a realidade, a enorme distância entre o anúncio, muitas vezes repetido, e a sua concretização e efetiva quantificação.

Esta contradição, começou logo no momento da entrega do Orçamento e Plano à Assembleia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Durou 24 anos!

O Orador: Pela primeira vez, a entrega do Plano de investimentos não foi precedida de consulta da anteposta aos Conselhos de Ilha e parceiros sociais, ou seja, o Governo dos Açores não ouviu, nem teve em conta os contributos e as propostas dos Conselhos de Ilha e dos parceiros sociais na elaboração deste Orçamento e Plano de investimentos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não é apenas o incumprimento de uma obrigação legal, é essencialmente um sinal de desconsideração pelo diálogo e papel que estas instituições representam nas nove ilhas da nossa Região.

Perante esta realidade, o Governo tentou corrigir este erro, mas com outro erro, ao afirmar que apesar disso o Governo estaria disponível para alterar o Orçamento na Assembleia, o que não é verdade tendo em conta que, a partir do momento em que entre na Assembleia, o Governo não pode alterar esses mesmos documentos.

Deputado Francisco César (PS): Isso é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A não ser que o Governo considere que esta Assembleia Legislativa é uma mera caixa de ressonância do Governo, mesmo não tendo os partido que compõem o Governo maioria neste Parlamento.

Não acreditamos, que os deputados desta Assembleia aceitem a menorização do seu papel neste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Assim, ainda antes de entregar o Orçamento na Assembleia já tinham

sido quebrados três compromissos assumidos, muito recentemente, no Programa do Governo: não respeitaram o diálogo social anunciado; não ouviram os Conselhos de Ilha e os parceiros sociais tal como prometido; e desvalorizaram o Parlamento, assumindo competências que são exclusivas desta Assembleia, agindo ao contrário da prometida centralidade deste Parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Em conclusão, até entregar o Orçamento na Assembleia, o Governo fez exatamente o contrário do que tinha comprometido e anunciado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente:

Este Orçamento e Plano assenta num cenário macroeconómico mal elaborado, que contém erros técnicos básicos, que descredibiliza os documentos aqui em debate e a sua consistência.

Prevê um crescimento real do PIB de 3,6%, o que é impossível e incoerente, tendo em conta que o mesmo cenário macroeconómico prevê um crescimento nominal do PIB de apenas 3% e um deflator do PIB de 0,9%. Ora, com estes indicadores previstos, no cenário macroeconómico apresentado, a taxa de crescimento real do PIB será de apenas 2,1%, ou seja, uma variação de 42%, quase metade do anunciado.

Este erro técnico, implicará alterar todas as projeções orçamentais, tendo em conta que sendo mal calculado o crescimento do PIB, foi mal ponderado, por essa via, o impacto da evolução da economia na estrutura orçamental.

Ainda mais incoerente e contraditório é o facto de, por um lado, se assumir no cenário macroeconómico um aumento da taxa de desemprego, conforme está na página 13 do relatório do Orçamento, mas logo a seguir na página 17 prever exatamente o contrário, ao justificar o crescimento orçamentado da receita do IRS

com o facto do mesmo ser reflexo, e passo a citar, “da redução da taxa de desemprego”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Ou seja, diz uma coisa e exatamente o seu contrário, com uma distância de apenas quatro páginas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece a entrevista do Sócrates! Falar em causa própria!

O Orador: Assente num cenário macroeconómico incoerente, o Orçamento da Região baseia-se, também, num conjunto de receitas extraordinárias e de carácter excecional que financiam a despesa e o investimento previsto apenas este ano, mas que não se irão repetir no próximo ano.

Em primeiro lugar, o Orçamento de 2021 beneficia substancialmente do saldo orçamental financeiro que transita do ano anterior, ou seja, da receita disponível deixada pelo anterior Governo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Tendo sido omissos, curiosamente, em todas as declarações públicas, o facto é que este Orçamento beneficia de um reforço extraordinário de receita de 77 milhões de euros, resultante do saldo orçamental positivo que transita do ano anterior.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Tendo falado tantas vezes de herança, é de assinalar que se tenham esquecido de revelar que o anterior Governo, afinal, criou as condições para que transitasse para este ano uma receita extra de 77 milhões de euros de saldo financeiro disponível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Uma boa herança, omitida até hoje, que irá permitir financiar os gastos, as despesas e os investimentos previstos no Orçamento. Aliás, iria permitir, mas, pelo que ouvimos na intervenção que me antecedeu, no final de 2021, no âmbito deste Orçamento, irá ficar também um saldo orçamental do mesmo montante de 77 milhões de euros. O que acabou de ser anunciado é que o Plano e Orçamento aprovado não será executado em 77 milhões de euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas também foi omitida a referência a outra receita extraordinária que faz aumentar em mais 73 milhões de euros as receitas do Orçamento deste ano. É curioso, que um aumento desta dimensão de uma receita extra não tenha merecido uma única referência ou justificação no relatório do Orçamento, nem tenha sido até hoje publicamente anunciada.

Deputado Carlos Silva (PS): É transparente!

O Orador: Afinal, este ano, o Governo irá beneficiar de mais outra receita extraordinária, resultante da devolução à Região de 73 milhões de euros dos aumentos de capital da SATA, o que irá constituir um reforço extraordinário da receita este ano e que esta inscrita, disfarçadamente, na classificação económica “Reposições não abatidas em pagamento”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter uma grande lata!

O Orador: Em conclusão, só com estas duas receitas extraordinárias permitem, este ano, um reforço de receita do Orçamento de 150 milhões de euros, originados anteriormente.

Este reforço de 150 milhões de euros constitui um fator determinante e decisivo

para financiar e sustentar a despesa e o investimento previsto para este ano, mas que, pelo seu carácter extraordinário, não permitirá enquadrar e sustentar essas despesas e investimentos a partir do próximo ano.

Sr. Presidente:

Apesar destas receitas extraordinárias, este Orçamento aumenta e solicita o endividamento líquido em 245 milhões de euros, dos quais 110 milhões de euros justificados com os efeitos do Covid e 75 milhões de euros para financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Se analisarmos o Plano e o Orçamento, mesmo considerando que 50% da ação programas de emprego e a totalidade dos sistemas de incentivos às empresas se irão enquadrar no Covid, as despesas Covid identificadas no Plano não ultrapassam 88 milhões de euros.

Tendo em conta que o Orçamento prevê também no mapa 10 uma receita de fundos comunitários de 55 milhões de euros para a comparticipação dessas mesmas despesas e investimentos, conclui-se que o esforço financeiro real da Região com despesas Covid efetivamente identificadas é de apenas 33 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São as chamadas contas de sumir!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Em conclusão, o Orçamento tem, no âmbito do Covid, um aumento do endividamento de 110 milhões de euros, utilizando, aliás, o limite que é permitido pelo Orçamento de Estado, mas só evidencia um esforço financeiro líquido de 33 milhões com despesas Covid, o que perspectiva, obviamente, essa utilização para financiar o enquadramento global do Orçamento e do Plano.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é transparência!

O Orador: Sr. Presidente:

O Orçamento e Plano tem sido apresentado e valorizado pelo Governo com base essencialmente em cinco objetivos que justificam a sua aprovação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não aprendem nada!

O Orador: Vamos então analisar cada um desses objetivos e aferir da sua efetiva concretização neste Orçamento:

O primeiro objetivo anunciado é que este Orçamento iria representar o reforço de 75 milhões no financiamento para o Serviço Regional de Saúde. No entanto, o que se verifica é que esse anunciado reforço para o Serviço Regional de Saúde é totalmente financiado com recurso ao endividamento.

Mesmo para isso ser possível, esse endividamento de 75 milhões de euros, para pagamento a fornecedores na saúde, teria que ser enquadrado no n.º 3 do artigo 81.º da Lei do Orçamento Estado.

No entanto, o pagamento a fornecedores dos hospitais, que são Entidades Públicas Empresariais, gera-nos dúvidas se podem ser incluídas no âmbito da autorização prevista no Orçamento de Estado, como, aliás, foi reiteradamente referido pelo Ministério das Finanças, nos anos anteriores, porque, ao contrário do afirmado, efetivamente aumenta o endividamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai fazer queixa!

O Orador: Essa situação não aconteceria se o Governo tivesse aceitado a proposta oportunamente apresentada pelo PS, de utilizar o saldo orçamental financeiro de 77 milhões de euros que transitou do ano passado, para, aí sim, reforçar em termos reais o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas as contradições são ainda maiores, pois foram anunciadas transferências para o Serviço Regional de Saúde de 418,8 milhões de euros, que constam, aliás, efetivamente, do mapa 2 do Orçamento, mas, no entanto, no mapa 5 e 7 do mesmo Orçamento, o valor total dos orçamentos dos 3 hospitais, das

Unidades de Saúde de Ilha e do Centro de Oncologia dos Açores, a aprovar, é muito inferior, apenas 374,4 milhões de euros, o que afinal é menos 44,3 milhões do que anunciado pelo Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em conclusão, o objetivo anunciado não é concretizado com esta proposta de Orçamento, pois o reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde é atingido apenas com o recurso exclusivo ao endividamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tinha de fazer um *update* a esses números todos!

O Orador: Mas mesmo assim a variação do valor a transferir para o Serviço Regional de Saúde é muito inferior ao empréstimo que se pretende obter para esse objetivo, tendo em conta que, como foi referido pelo Governo, transitaram para o Orçamento cinco medidas/ações que constavam do Plano de investimento para financiamento do Serviço Regional de Saúde e que totalizavam, de acordo com informação do Governo, 28,8 milhões de euros, o que faz com que a variação real das transferências orçamentadas para a saúde seja de apenas 32,3 milhões de euros, muito inferior ao valor do endividamento para financiamento da Saúde.

O segundo objetivo anunciado é que este Orçamento concretiza um reforço do apoio às empresas. Foram anunciados apoios às empresas para este ano de 50 milhões de euros através das medidas APOIAR.PT I e II, mais 8 milhões de euros no âmbito do Programa de Apoio aos Custos Operacionais 2020, e 2,5 milhões de euros no Programa ADAPTAR – Covid. Só nestas quatro medidas, foram anunciados apoios imediatos às empresas de 60,5 milhões de euros.

No entanto, a ação do Plano 3.1.1 pela qual são pagos estes apoios, para além de todos os sistemas de incentivos ao investimento, tem uma dotação de apenas 38,5 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Grande transparência!

O Orador: Tendo em conta que esta ação irá pagar também todos os sistemas de incentivos ao investimento, que por exemplo em 2019 foram 30,8 milhões de euros, entre outras medidas, facilmente se conclui que a dotação prevista não permitirá pagar nem metade dos apoios anunciados, nem os sistemas de incentivos em vigor.

Em conclusão, este Orçamento não cumpre este objetivo anunciado, pois ou a execução das medidas anunciadas será muito inferior aos valores apregoados e as medidas afinal não tiveram por parte das empresas a adesão prevista nem o efeito anunciado, ou faltará muitos milhões de euros para pagar os compromissos assumidos e as empresas não irão receber este ano o apoio previsto por falta de pagamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O terceiro objetivo anunciado seria que este Orçamento e Plano permitiriam um reforço do apoio financeiro à SATA para a sua consolidação.

Ao analisarmos, no entanto, o Orçamento e o Plano verificamos que se prevê uma receita da Região de 73 milhões de euros resultantes da devolução dos aumentos de capital anteriormente realizados à SATA, e transferências da Região para a SATA, através do Plano, de 165 milhões de euros para financiamento das obrigações de serviço público e aumento do capital social.

Da conjugação destes efeitos resulta que, este ano, o financiamento líquido à SATA será de 92 milhões de euros, sendo, afinal, este valor significativamente inferior ao valor transferido para a SATA pela Região em 2020, que foi de 120 milhões de euros.

Em conclusão, este objetivo também não é cumprido neste Orçamento na medida

em que o esforço financeiro previsto para este ano no financiamento à SATA é, ao contrário do anunciado, em 28 milhões de euros inferior ao que foi concretizado o ano passado, não se registando por isso um acréscimo de esforço financeiro líquido nem um reforço líquido do financiamento da SATA neste Plano e Orçamento.

O quarto objetivo anunciado é que este Orçamento representaria uma maior contenção nas despesas com pessoal na Administração Pública. No entanto, verificou-se, ao contrário do prometido, um aumento dos cargos políticos de nomeação na estrutura deste Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é Administração Pública!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Foi anunciado posteriormente que esse aumento de custos seria compensado pela redução dos dirigentes intermédios da Administração Pública preenchidos por concurso, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: ... ou seja, reforçando os lugares de nomeação política em detrimento do acesso dos funcionários públicos aos seus lugares técnicos de chefia por concurso público, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: ... o que foi contrário ao objetivo anunciado de despolitizar a Administração Pública.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mesmo assim, o impacto orçamental do aumento do custo deste Governo, com o aumento dos membros de governo e seus gabinetes, aumento de

diretores regionais e das nomeações para os gabinetes, continua a ser superior ao efeito da redução, anunciada e ainda não publicada, de dirigentes intermédios na Administração Pública.

Também não será reduzindo funcionários públicos, onde mais de 80% dos encargos com pessoal é afeto à Saúde e à Educação, que se deve minimizar esse efeito, a não ser que se assuma desinvestir nos setores da Educação e da Saúde.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: Em conclusão, ao contrário do anunciado, este Orçamento aumenta os custos com os cargos de nomeação política, sendo que as despesas com pessoal, excluindo os setores da Saúde e Educação, como estão referidos no Orçamento, crescem 3,1%.

O quinto e último objetivo anunciado é que este Orçamento iria promover um choque fiscal com impacto estruturante na Região.

Importa, em primeiro lugar, esclarecer que pela sua dimensão não se trata de um choque fiscal. Deve ser clarificado que este ano se propõem reduzir até 2,1% da taxa de imposto pago sobre o lucro, beneficiando apenas as empresas que registem lucros este ano e uma diminuição em 2 pontos percentuais de apenas uma das três taxas de IVA existentes.

No próximo ano, propõem-se reduzir o imposto sobre o rendimento do trabalho, mas apenas para os rendimentos mais elevados.

Com esta proposta, exclui-se da redução do IRS dois terços do rendimento das famílias açorianas, precisamente os rendimentos mais baixos, que não terão qualquer benefício com esta proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Sendo o IRS um imposto progressivo, esta medida irá beneficiar apenas os 35% dos rendimentos mais elevados e permitirá que quanto maior for o rendimento maior será a redução da taxa de imposto a pagar, o que além de ser profundamente injusto é contrário aos princípios anunciados de combate à

pobreza. Por exemplo, enquanto um trabalhador com vencimento de 800 euros por mês não terá qualquer benefício da alteração no IRS, nem qualquer aumento no rendimento do seu trabalho, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E um de 900?

O Orador: ... um deputado desta Assembleia Legislativa irá beneficiar de um rendimento de 2.163 euros por ano com esta proposta.

Deputada Sandra Faria (PS): Ora aí está!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é populismo!

O Orador: Em conclusão, esta proposta, pela sua dimensão e abrangência, não constitui um choque fiscal, sendo ao mesmo tempo profundamente injusta na sua distribuição e irá beneficiar essencialmente quem mais ganha, sendo que quanto maior for o rendimento maior será a redução da taxa a pagar, o que vai contribuir para aumentar as desigualdades sociais e reduzir a coesão social na Região.

Sr. Presidente:

Como evidenciamos e demonstramos, este Orçamento e Plano não correspondem aos anúncios efetuados nem aos objetivos enunciados e a sua concretização efetiva nesta proposta.

Mas muito mais relevante e estruturante do que debater o que está ou não está nestes documentos é analisarmos de forma rigorosa o seu impacto no futuro da nossa Região.

O que nos deve convocar a todos é refletir nas consequências e nos efeitos das opções e das decisões que são agora tomadas para o desenvolvimento da nossa terra.

Este é um Orçamento e Plano que tem por único objetivo assegurar a sua viabilização parlamentar, esta semana, nesta Assembleia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Esgota-se nisto, neste momento imediato, o objetivo da sua elaboração.

Não é um Plano e Orçamento sustentável no futuro, nem assente numa estratégia de desenvolvimento da nossa Região, mas apenas pretende obter um efeito político imediato de garantir uma maioria parlamentar que os açorianos se recusaram a atribuir.

Não pondera nem se preocupa com as consequências futuras das decisões agora tomadas. Para que todos possam ponderar a sustentabilidade futura destas opções e da sua responsabilidade importa analisar os seus efeitos.

Este Orçamento está empolado, à partida, por receitas extraordinárias deixadas pelo anterior Governo ou que são resultantes da devolução de receita à Região, que não se irão repetir nos anos seguintes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: O recurso ao endividamento excecional utilizado para financiar este Orçamento não deverá ter enquadramento nos próximos Orçamentos de Estado. Estes orçamentos propõem também uma redução estrutural das receitas próprias da Região e o aumento das despesas fixas.

Concretizando e quantificando, este Orçamento beneficia de 150 milhões de euros de receitas extraordinárias, como já referi, da receita resultante do aumento excecional do endividamento líquido de 245 milhões de euros e irá implicar no próximo ano uma redução de 63 milhões de euros da receita própria da Região. Esta redução da receita própria é originada em 37,3 milhões euros dos efeitos da redução fiscal, e 26 milhões de acertos negativos previsíveis na receita do IVA, tendo em conta que a receita de IVA orçamentada tem por base o Orçamento de Estado, cujo cenário macroeconómico já foi revisto muito recentemente pelo Governo da República.

Assim, a conjugação destes efeitos poderá reduzir no próximo ano a receita da Região em 458 milhões de euros face à prevista neste Orçamento.

Tendo em conta que este Orçamento apresenta uma despesa efetiva de 1606 milhões de euros, sendo 884 de despesa de funcionamento e 722 de despesa do Plano de investimento, e se no próximo ano houver menos 458 milhões de euros de receita como demonstramos ser possível, o próximo Orçamento poderá ter que ser reduzido em 31%.

Como a despesa de funcionamento é necessariamente estável e até terá tendência a crescer, a redução terá que incidir sobre o investimento público.

Assim, o investimento público, financiado pelo Orçamento da Região, poderá sofrer uma forte redução, prevendo-se que possa ser reduzido para menos de metade do valor do Plano deste ano, já a partir do próximo ano.

Mesmo essa redução do investimento público só será possível se a receita de fundos comunitários se mantiver no valor previsto para este ano, 159 milhões de euros, o que levará a reduzir ainda mais o Plano de investimentos sem participação de fundos comunitários. Bastará analisar o Plano para verificar que existem centenas de ações de investimentos não participadas por fundos comunitários e que terão que ser reduzidas ou eliminadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está citando Passos Coelho!

O Orador: O valor disponível implicará uma redução profunda das ações do Plano de investimentos não participadas por fundos comunitários, não tendo cabimento a partir do próximo ano opções e compromissos assumidos este ano.

Em conclusão, esta proposta de Orçamento, pelas implicações que tem no futuro, não permitirá cumprir os compromissos que são assumidos para os anos seguintes, o que poderá originar um forte impacto recessivo em termos económicos e sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: A evolução do investimento público ficará dependente essencialmente da receita de fundos comunitários ou, em alternativa, da utilização de

endividamento.

É isso que queremos para o futuro da nossa terra? Certamente que não, mas é isso que estaremos a assumir ao aprovarmos este Orçamento!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente:

Pretendemos contribuir para o debate desta proposta de Orçamento e Plano, com rigor e objetividade, de forma construtiva e participativa, valorizando as boas opções e as medidas corretas, mas não deixando de alertar para os erros e omissões, para as contradições e para os anúncios que não correspondem à realidade das propostas.

Mas o maior contributo na defesa dos Açores e dos açorianos é sensibilizar todos os deputados para que o Orçamento e Plano que for aprovado nesta Casa seja um Orçamento de futuro e não apenas um Orçamento de presente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor queria era um Orçamento do passado!

O Orador: Que os custos futuros da sua aprovação não tornem inviáveis os seus benefícios para os açorianos.

Este não é um Orçamento para o futuro dos Açores, é um Orçamento para manter no curto prazo uma minoria parlamentar no Governo. E mesmo aí, analisando bem, fica a nítida sensação de que desses pretende manter mais uns do que outros.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem visto!

O Orador: Sr. Presidente:

Como referi no início da minha intervenção, o PS encara este debate com orgulho do caminho que percorremos e dos resultados que obtivemos em parceria com os açorianos.

Conseguimos, no último ano, mesmo após 10 meses de pandemia, continuar a baixar a taxa de desemprego, para a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 12 anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um enredozinho aí! Onde isto já vai!

O Orador: Conseguimos convergir com a União Europeia nos últimos 7 anos, aproximando-nos da média europeia de produção e de rendimento, sendo o atual valor do PIB per capita é o mais elevado face à média da União Europeia desde 2012.

Conseguimos reduzir, apesar da pandemia, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

É este o caminho que estávamos a perseguir, com segurança, com sustentabilidade e com responsabilidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isto só visto!

O Orador: E para que os Açores possam continuar este caminho, continuaremos a trabalhar com o mesmo entusiasmo e dedicação, independentemente do lado do hemisfério que nos estamos a posicionar.

Porque o que nos motiva são os Açores.

Porque é com os açorianos que vamos vencer os desafios.

Porque é pelos açorianos que lutamos.

Porque é com os açorianos que vamos conseguir.

Porque os Açores merecem o melhor!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos o debate sobre as Propostas de Plano e Orçamento e acabamos de ouvir o discurso da reencarnação do superavit, ...

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... em que a numerologia e a confusão voltam a reinar cinco meses depois de um silêncio absoluto.

Este é o debate sobre as Propostas do Plano e Orçamento que dão início a uma nova governação nos Açores. Estes documentos são o resultado da escolha do povo açoriano, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... condicionados ainda por muitos problemas herdados do passado. Mas sobre estes condicionalismos irão prevalecer, estamos certos disso, o diálogo parlamentar, o pluralismo de ideias e a concertação de uma vontade maioritária em elevar os Açores a um novo paradigma de desenvolvimento económico e social, baseado na livre iniciativa, no humanismo e na igualdade de oportunidades.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Agora, haverá espaço para a decisão partilhada, refletindo a representatividade desta Assembleia.

Deputado Carlos Silva (PS): Olhe que não!

O Orador: Agora, haverá oportunidade para construirmos com todos o

desenvolvimento dos Açores.

Nestes documentos, apesar da pesada herança recebida, vamos aproximar os açorianos de Santa Maria ao Corvo, cumprindo o compromisso deste Governo.

Este será o Orçamento que irá permitir a existência de passagens aéreas a 60 euros, ida e volta, ...

Deputado Vilson Gomes (PS): A troco de quê?

O Orador: ... preço final para residentes, entre quaisquer ilhas dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Este será também o Orçamento que vai baixar impostos aos açorianos, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: De alguns açorianos!

O Orador: ... cumprindo os compromissos eleitorais da maioria parlamentar, colocando na iniciativa individual o estímulo à economia e na liberdade de empreender um pilar do desenvolvimento coletivo.

Com este Governo, os compromissos são para cumprir, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é o que está no programa!

O Orador: ... sejam eles fruto dos programas eleitorais dos partidos que formam o Governo, ou do cumprimento do contrato eleitoral dos partidos que neste Parlamento asseguram um novo Governo dos Açores para os açorianos.

Em matéria de respeito pelos eleitores, também se vive um tempo novo nos Açores.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No passado, havia um Governo cuja função era sobretudo fazer promessas. Agora, os Açores têm um Governo que trabalha para cumprir promessas. Este Orçamento é a prova disso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estes são os documentos que olham para os mais fracos e desprotegidos da sociedade, transmitindo-lhes uma aposta na sua emancipação pessoal e profissional, na sua liberdade de saída da condição de pobreza em que foram colocados por décadas de políticas erradas e assistencialistas. É tempo de libertar os Açores e dar aos açorianos oportunidades de criarem riqueza, promovendo o empreendedorismo e reduzindo os impostos.

Quando há pouco falávamos na pesada herança que condiciona estas propostas, não o fizemos de ânimo leve. Neste tempo novo, fala-se a verdade aos açorianos, sem esconder que a Região tem ainda um percurso cheio de obstáculos, persistentemente deixados por uma governação em que a ilusão e os truques políticos eram o alfa e o ómega da propaganda socialista de que tudo ia bem.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É verdade!

O Orador: Numa célebre ideia de um futebolista nacional, o anterior Governo estava à beira do precipício e tomou a atitude arrogante e pretensiosa de seguir em frente. Os Açores à beira do precipício e os socialistas a gritar: “P’rá frente é que é caminho!”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Agora é tempo de abrir o paraquedas, é tempo de lutar contra as adversidades e

dar um novo rumo aos Açores.

Sabemos que quem levou os Açores ao precipício nos quer convencer de que deu o passo certo e tem o atrevimento de difundir que todas as consequências das suas asneiras foram dádivas para o futuro. Este Partido Socialista, que deixa a maior dívida pública de sempre, destruiu a SATA e fechou o ano de 2020 com o mais elevado défice orçamental do século, tem o desplante de dizer, como acabamos de ouvir, imagine-se, que deixou ao atual Governo uma receita extraordinária de 150 milhões de euros. Diz o PS que este Governo pode contar com mais 73 milhões de euros provenientes da devolução de verbas a que a SATA é obrigada pelos aumentos de capital ilegais determinados pelo anterior Executivo Socialista.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Ora bem!

O Orador: Mas aquilo que o PS não diz é que, na Proposta do Orçamento para 2021, por acaso acabou de dizer, há um encargo de 165 milhões de euros só para começar a salvar a SATA da falência a que foi conduzida pelos Governos Socialistas.

Deputado Francisco César (*PS*): Já estava inscrito!

O Orador: Diz também o PS que este Governo recebe mais 77 milhões de euros de saldo transitado da anterior governação. Só quem governou com truques políticos e na manipulação dos números pode dizer, sem se rir, uma falsidade destas.

A realidade é bem diferente. O Orçamento de 2020, o último apresentado pelo Partido Socialista, fechou com um saldo negativo de 238 milhões de euros, o mais elevado défice orçamental do século!

Conclusão, não há nenhuma receita extraordinária, bem pelo contrário, há, isso sim, um prejuízo extraordinário superior a 449 milhões de euros, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... que as atuais e futuras gerações de açorianos terão de pagar!

O tempo dos truques contabilísticos e da constante manipulação dos números acabou!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Contas sábias!

Deputado José Ávila (*PS*): Vê-se, vê-se!

Secretário Regional da Saúde (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Para lá vamos!

O Orador: Houve um julgamento do qual o Partido Socialista não se safou, foi o julgamento feito pelo povo dos Açores nas eleições e que determinou uma nova maioria e condenou o PS a uma cura de oposição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Bem sabemos que os socialistas não se conformam e que recorrem a todos os expedientes para insinuar que a sua culpa prescreveu.

Deputado José Ávila (*PS*): A sua também prescreveu!

O Orador: Não prescreveu, não, senhor. Não prescreveu, exige escrutínio e impõe ao Partido Socialista reconhecer os erros cometidos, deixar de exhibir falsas virtudes do seu passado e começar a ter uma atitude construtiva em prol dos Açores.

Mas o Partido Socialista tarda, como acabamos de assistir, em fazer esse exame de consciência. Veja-se as recentes jornadas parlamentares do PS e o discurso agora tido aqui pelo ex-Vice-Presidente do Governo Regional. Veja-se que ocuparam todo o seu tempo a maldizer o Plano e Orçamento. Em vez de dar o benefício da dúvida a um Governo em funções há cinco meses, o PS reclama: vem aí o diabo! Vem aí o diabo! Em vez de fazer uma análise séria dos documentos

orçamentais, o PS prefere falsear números das contas públicas. Ou seja, tal como hoje, nas jornadas parlamentares do Partido Socialista sobre o Plano e Orçamento, isto foi apenas um palco de má-língua, em vez de um espaço de trabalho a favor dos Açores.

Uma coisa é certa, este Governo herdou, por culpa e com dolo político do Partido Socialista, uma região com indicadores sociais que nos colocaram nos últimos lugares da pobreza e da exclusão social. E para que essa sentença, esta sim, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o RSI?

O Orador: ... seja revertida são necessários recursos, alterar decisões mal tomadas e trabalhar afincadamente para corresponder, com transparência, ao mandato conferido pelos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Termino, socorrendo-me e adaptando à nossa realidade um pensamento da ex-Primeira-Ministra Britânica, Margaret Thatcher.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Grande senhora!

O Orador: Esse pensamento é mais ou menos assim: este Governo podia até caminhar sobre as águas do nosso imenso mar, os críticos iriam dizer que isso só acontece porque este Governo não sabe nadar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos, hoje, o debate do primeiro Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo apresentados pelo Governo do PSD/CDS/PPM, apoiado pela Iniciativa Liberal e pelo Chega.

Como o Programa de Governo já indicava, a leitura dos documentos em debate confirma que este novo Governo, no essencial, continua as políticas seguidas pelo anterior Governo.

A aposta económica centrada nos setores tradicionais, a que se soma o Turismo, tem relegado os Açores para níveis de desenvolvimento social e económico que são medíocres.

As estatísticas demonstram que a pobreza atinge um terço da nossa população. A Região continua a não fixar quadros qualificados. E muitos jovens continuam a não regressar aos Açores após a conclusão dos estudos.

É verdade que a riqueza produzida tem crescido e o PIB tem aumentado, mas ao mesmo tempo a pobreza e as desigualdades são gritantes.

A economia dos Açores precisa de diversificação e de uma base de crescimento assente na ciência e no conhecimento avançado, como sempre o Bloco de Esquerda tem defendido.

Mas, tal como fez o Partido Socialista no passado, também o PSD, o CDS e o PPM optam agora por manter o *status quo* da elite económica dominante.

Para esconder esta via, o atual Governo alinha pelo mesmo diapasão do anterior: anuncia inúmeros projetos científicos que na prática não passam de formas de utilizar a posição geográfica para fins científicos, sim, mas de interesses exteriores à Região.

Também nas políticas para ultrapassar este momento tão difícil que estamos a atravessar, nada se vê de diferente para melhor. A começar pelo combate à pandemia, em que não há clareza, coerência nem assertividade nas medidas aplicadas.

Temos um Secretário da Saúde exaltado que culpa toda a gente quando as coisas correm mal, inclusive o povo, mas que, em contrapartida, não é capaz de explicar o fundamento técnico das medidas que impõe. Por exemplo, ao contrário do que se faz por quase toda a Europa, em que as escolas são a última coisa a confinar, o Governo Regional dos Açores fecha mais depressa uma escola do que fecha uma tasca. As crianças, os jovens e o seu futuro são a menor das preocupações deste Governo.

Não bastasse a discricionariedade e a contradição, o Governo Regional brindanos com uma baixa manobra populista protagonizada pelas suas principais figuras, no que diz respeito ao fornecimento de vacinas.

Nesta vã artimanha, pretende o Executivo nada mais do que encontrar um bode expiatório para o errático combate à pandemia que tem desenvolvido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo, que se apresentou com ares de modernidade e com um discurso pleno de promessas, pouco a pouco, vai demonstrando as suas incapacidades. Falta resposta ao presente.

Estamos numa região que já antes da pandemia tinha um terço da população em risco de pobreza. Como demonstrou o recente estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, há muita gente que trabalha e que é pobre.

Sabendo que a precariedade atinge mais de 22% dos trabalhadores açorianos e sabendo que esta contribui para o aumento de situações de pobreza, seria de esperar que este Plano e Orçamento implementasse medidas de combate à precariedade. Incompreensivelmente, o que faz este Governo é incentivar as

empresas a criar mais trabalho precário.

Senão, vejamos: o Tribunal de Contas, num relatório de auditoria de 2019, arrasou os programas de emprego e de combate à precariedade criados pelo anterior Governo, considerando que a maioria “fomenta, essencialmente, a criação de vínculos laborais precários”.

O que faz então o Governo perante esta posição do Tribunal de Contas? O atual Governo não altera os programas para garantir um efetivo combate à precariedade e opta por continuar com a atribuição de apoios públicos às empresas para contratarem a prazo, fomentando a precariedade. Isto não é combater a precariedade, é promovê-la ainda mais!

O Bloco de Esquerda propõe que os apoios públicos às empresas garantam a manutenção de todos os postos de trabalho, e que os programas de combate à precariedade garantam uma coisa tão simples: contratos efetivos.

A pobreza atinge pessoas de todas as idades, mas os estudos mostram que as crianças, os jovens e os idosos são os mais afetados. Estamos a falar daqueles que ainda não podem ou que já não podem trabalhar. Mas este Governo não tem coragem para lhes dar resposta.

O Bloco apresenta propostas para atenuar no imediato a pobreza, nomeadamente o aumento no complemento ao abono de família para os 30 euros e o aumento de 15 euros no complemento regional de pensão.

As forças que compõem este Governo, quando estavam na oposição, aproximaram-se de setores de trabalhadores que foram prejudicados no passado. Está na hora de acabar a conversa fiada e assumir esses compromissos concretos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Está a falar de si!

O Orador: Soubemos recentemente que o PSD quer aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo para 7,5% e que o Chega defende as trinta e cinco horas semanais. Mas, afinal, onde estão essas propostas formalizadas? Ou tudo isto é conversa para entreter? Mas o tempo não é de encenações. É tempo de

propostas.

O Governo da transparência é opaco na área do Ambiente e não se compromete com a definição de uma estratégia para o Turismo, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... continuando a política do “deixa andar” no setor, devido à suspensão do Plano de Ordenamento Turístico, que está suspenso, relembro, desde 2010, abrindo assim a porta à ocupação selvagem do território.

Propomos, por isso, a suspensão dos apoios públicos a novos empreendimentos turísticos com mais de 25 camas, e que o Governo apresente no prazo de 3 meses o novo Plano de Ordenamento Turístico para os Açores.

Também perante a negra cifra das metas de reciclagem, este Governo não assume políticas para recuperar o tempo perdido a favor do ambiente e das pessoas, preferindo antes assobiar para o lado à espera que o estranho negócio da incineradora de S. Miguel se concretize. E pergunto: por que razão?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Já dei conta da estranheza que resulta de, ao contrário de toda a Europa, nos Açores serem as escolas os primeiros locais a fechar. Mas o mais incompreensível é que, apesar de todas as consequências negativas que esta opção provoca, este Governo não apresente uma ideia para atenuar este impacto.

Na Saúde, dizia este Governo, há algum tempo atrás, que ia acabar com a suborçamentação que enfraquece o Serviço Regional de Saúde. A promessa foi sonante, mas, na prática, vai ficar tudo como no passado, à espera de melhores dias.

Nos documentos em debate, podemos ler que este Governo considera que “o parque de equipamentos clínicos distribuídos pelos hospitais e unidades de saúde de ilha está, na generalidade, obsoleto”. Mas, para resolver este problema, o Governo aumenta em 200 mil euros a verba para o investimento, que passa de 1,6 para 1,8 milhões de euros nesta rubrica. 200 mil euros. Se não fosse dramático,

diria até que é uma brincadeira.

Deputado Carlos Silva (PS): É estratégia!

O Orador: Por outro lado, os trabalhadores do setor da Saúde esperam pela resolução concreta dos seus problemas e não por palavras doces. O Bloco apresenta propostas sobre esta matéria. Resta saber o que dirá a maioria.

Na Ciência e na Cultura, a diminuição de verbas de investimento em relação ao passado espelha a nulidade de pensamento deste Governo sobre o futuro e sobre o desenvolvimento dos Açores.

Aqui temos uma visão pequena sobre as potencialidades dos Açores e falta de ambição para diversificar a nossa economia e construir um melhor futuro.

Estamos ainda no início deste debate. Mas perante os documentos apresentados pelo Governo, parece que esta maioria só tem um conselho para dar à geração de jovens mais bem preparada de sempre: “esta Região não é para vocês, procurem outro lugar para viver.”

O Bloco apresenta várias propostas que pretendem minimizar os efeitos dos caminhos errados que estes documentos apontam.

Sem falsas expectativas ou ilusões, estaremos atentos ao debate para definição final da nossa posição.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Já acabou?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reúne-se hoje para debater o Plano Anual e o Orçamento Regional para 2021, assim como as Orientações de Médio Prazo.

Como sabemos, estes documentos são estruturantes para as políticas da Região. Este debate é especialmente assinalável, pelas seguintes razões: por se tratar do primeiro Plano e Orçamento desta legislatura, por se tratar do primeiro de uma nova conjuntura que se constitui como uma alternativa política aos vinte e quatro anos de governos socialistas, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: ... mas, sobretudo, por se tratar de um Plano de investimentos e de um Orçamento Regional que responde a uma crise de saúde pública sem precedentes à escala global.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Neste quadro, este Plano e Orçamento Regionais distinguem-se dos anteriores na medida em que emanam de um governo de coligação, integrando, por isso, medidas apresentadas pelos vários partidos que a suportam, demonstrando a amplitude e a capacidade de agregação que norteou a edificação do Programa do XIII Governo Regional, que aprovámos nesta Casa no passado mês de dezembro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estes são, portanto, um Plano e um Orçamento Regional com o qual o CDS se identifica, onde revemos a nossa marca identitária, estando plasmadas propostas e soluções para os problemas dos açorianos que o CDS apresentou para responder eficazmente aos problemas dos açorianos, e que, frequentemente, pelo mérito e pela justiça das soluções apontadas, mereceram o voto favorável das demais forças partidárias representadas neste Parlamento, inclusivamente do Partido Socialista.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em 2021, integrando um governo de coligação, o CDS-PP tem oportunidade de ir mais além na concretização daquela que é a sua visão de como devem ser conduzidos os destinos da Região, quer a nível interno, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu e transatlântico.

Procuramos, desde sempre, a proteção dos mais vulneráveis da nossa sociedade, combatendo as desigualdades, a pobreza e a exclusão social, promovendo, simultaneamente, a capacitação dos açorianos para que tenham cada vez mais autonomia na condução da sua própria vida e na utilização dos bens comuns.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: É em nome da dignidade da pessoa humana e de uma elementar justiça social que, atendendo ao envelhecimento da nossa população, procuramos melhorar os cuidados aos idosos e as respostas sociais aos mais vulneráveis, cumprindo o desígnio de cuidar de quem cuidou de nós e ampliando as respostas sociais destinadas a pessoas com necessidades especiais, promovendo a sua participação ativa na sociedade e uma efetiva inclusão em nome de uma plena cidadania.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sempre consideramos a saúde como um direito fundamental, que, atendendo à nossa realidade arquipelágica, procuramos também desde sempre melhorar as condições para os doentes deslocados e seus acompanhantes.

É por acreditarmos na família como pilar da sociedade que procuramos, desde sempre, promover a natalidade das famílias açorianas, democratizando as condições de acesso à educação desde a creche até ao ensino superior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Como já afirmei, estas Propostas de Plano e Orçamento para 2021 são, inevitavelmente, condicionadas pelo contexto de pandemia que atravessamos.

O mundo vive uma crise económica e social – é preciso dizê-lo – à qual este Governo e esta Assembleia têm de saber responder, fazendo uso dos instrumentos próprios da nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No contexto atual, é natural que o Governo intensifique o seu apoio às respostas sociais na nossa Região, pois, como afirmado em março pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, neste período de emergência social, o “reforço das respostas sociais é, não só uma necessidade, como um dever”.

Temos, por isso, o dever de utilizar os instrumentos políticos e financeiros ao nosso dispor para responder aos desafios que enfrentamos e assegurar as condições de dignidade para quem mais sofre e mais necessita.

Em consequência, o Grupo Parlamentar do CDS-PP congratula-se com medidas inscritas já no primeiro Plano e Orçamento desta legislatura e que concretizam estes princípios de justiça social.

É o exemplo do projeto “Novos Idosos”, pioneiro a nível nacional, cujo investimento representa uma verdadeira reforma no paradigma de cuidados prestados à terceira idade.

É o exemplo da implementação do Enfermeiro de Família na Região Autónoma dos Açores, assim como o investimento previsto para reforçar a capacidade instalada do Sistema Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É o exemplo do alargamento da isenção do pagamento de creches até ao 10.º escalão, na sequência da inovadora proposta do CDS no ano passado de isentar até ao 7.º escalão.

Salientamos, também, a continuidade dos programas do Vale Saúde, do

CIRURGE, do COMPAMID, do CEDO e do prémio de mérito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A existência de um governo de coligação, após mais de vinte anos de maioria absoluta, significa um verdadeiro progresso da democracia nos Açores.

Nos Açores, cinco dos partidos com assento nesta Assembleia estabeleceram acordos de incidência parlamentar, viabilizando uma solução governativa que tem como denominador comum servir os Açores e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

A Oradora: Isso não significa, porém, que o Grupo Parlamentar do CDS-PP se demita de dar o seu contributo ativo, pelo que manterá, relativamente às propostas de Plano e Orçamento desta nova legislatura, a mesma postura construtiva que sempre nos caracterizou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Esperamos, igualmente, que todos os deputados aqui presentes se mostrem disponíveis para avaliar, com seriedade, as propostas que apresentaremos esta semana, da mesma maneira que o Grupo Parlamentar do CDS-PP está pronto a considerar as sugestões dos demais.

É com a mesma determinação e responsabilidade que os deputados do CDS estão aqui hoje na afirmação de um novo paradigma de políticas públicas e colocando os açorianos e os interesses dos Açores no centro da nossa ação política. Estamos certos, que este Orçamento é o primeiro passo de um novo tempo de progresso e desenvolvimento para os Açores e para os açorianos.

Estamos, em consequência, com convicção, ao lado do XIII Governo dos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): E ao lado dos açorianos, não?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Anda distraído, acontece.

Deputado Francisco César (PS): Quem? Eu?!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Este é o debate do Plano económico-financeiro, social e de intento para a Região, um documento programático que ao longo das legislaturas nem sempre passa de uma mera declaração de boas intenções, e do Orçamento, uma estimativa de contas dependente de vários fatores externos, de mais difícil execução, sobretudo em ambientes de grande incerteza e o grande instrumento de governação.

Ora, quanto à receita, talvez por essa incerteza, a análise do cenário macroeconómico não parece afigurar-se muito ajustada à realidade, uma vez que os principais indicadores da economia internacional e nacional já foram revistos em baixa, pelo que se pergunta se não é de esperar, *a posteriori*, a apresentação de um novo documento retificativo.

O Governo Regional estima para 2021 um aumento da receita de IRS, bem como de um acréscimo no IRC, decorrentes da retoma da atividade e do mercado de trabalho. A receita fiscal cifrar-se-á em 600 milhões de euros, superior ao previsto no ano anterior, o que não deixa de traduzir um grande otimismo.

Está estimado um aumento de 3,6% do PIB real para 2021 na Região Autónoma dos Açores, depois de uma queda de pelo menos 7% em 2020, mas é preciso considerar que a União Europeia já anteviu, em fevereiro deste ano, uma quebra de quase 1,3% no crescimento do País, pelo que a Região dificilmente não fugirá a esta descida.

Isto, por exemplo, quando o Turismo, setor que deu uma lufada de ar fresco ao PIB regional, teve um decréscimo atroz, com redução das dormidas em mais de 75%, não sendo previsível uma relevante recuperação no ano em curso, pois, segundo a Serviço Regional de Estatística dos Açores, no primeiro trimestre deste ano e relativamente ao período homólogo, já de crise, em 2020, o movimento de passageiros e o indicador de turismo exibem valores ainda mais baixos.

Também o investimento e sobretudo o consumo privado, que mostrava uma recuperação em agosto/setembro de 2020, com a mais recente vaga da Covid, seguramente voltará a manter-se ou a cair para os valores iniciais da pandemia, pelo menos nos dois primeiros semestres de 2021.

Mais ainda, novamente em relação ao mesmo período homólogo, caíram a produção agropecuária, o consumo de energia, a compra de automóveis, as exportações e os pagamentos e levantamentos por multibanco, entre outros.

Ora, a confirmar-se este cenário, haverá necessariamente um reflexo negativo no IRS, por via do emprego, no IRC, por via da atividade das empresas, e no IVA, por via do consumo, ao qual acresce, já no segundo semestre, o impacto da sua redução. Estas são as nossas dúvidas legítimas.

Já quanto à despesa, o Orçamento é o exemplo claro da manta curta e, sendo a política a arte das escolhas, escolhas que no final nunca agradarão nem a gregos nem a troianos, a discussão infundável será, inevitavelmente, quer no próprio Governo, quer nesta Assembleia, como repartir um prato, cuja confeção dependeu dos ingredientes próprios disponíveis e de algum tofu emprestado pelo vizinho.

Apesar de todos entendermos o período excecional em que vivemos, desde o

Lorenzo à atual pandemia, não deixa de ser surpreendente que partidos que sempre defenderam o rigor orçamental e apregoaram que não se pode gastar o que se não tem, proponham um orçamento onde, para fazer face à despesa prevista, se agrave o endividamento direto, num total aproximado de 220 milhões de euros, pelo menos de forma direta, o que representa 5% do PIB estimado para a Região em 2021, a acrescer já a uma dívida a caminho dos 3 mil milhões de euros resultantes do nosso passado.

Mas, dúvidas à parte, que seguramente serão esclarecidas pelo Governo, olhando para os Orçamentos de 2019 e de 2020, dir-se-ia que esta proposta poderia ter sido mais um documento elaborado pelo anterior Governo, pese algumas nuances na alocação de verbas, como seria expectável. O PS vai votar a favor de certeza.

Dir-se-á que houve um desvio relevante em relação ao previsto na execução orçamental de 2020, mas somos cientes do nefasto efeito do período pandémico que nos assolou e do seu reflexo na economia da Região. Por isso, não nos parece que isto seja motivo para daí se obterem dividendos políticos.

Será interessante ver os argumentos esgrimidos entre os dois maiores partidos desta Câmara e com curiosidade aguçada a posição dos mais pequenos partidos do acordo parlamentar, que tanto clamam por menos Estado e mais economia. Estarão de acordo com o aumento da despesa com pessoal, pelo aumento do elenco governativo ou com os apoios sociais, designadamente a verba destinada ao RSI?

Alguns pontos a esclarecer:

A redução da carga fiscal, promessa eleitoral é sem dúvida atrativa e popular. Porém, salvo no caso do IVA, sabemos que a medida apenas terá impacto na receita do próximo ano e seguintes.

Para muitos será possivelmente prematura e em contraciclo, ocorrendo numa fase em que o apoio às famílias, às empresas e ao investimento público, como motor da economia em fases negativas, será ainda muito provavelmente necessário e

poderá não haver o mesmo tipo de ajuda exterior.

Note se que no quadro plurianual (página 41 do Plano) há um decréscimo progressivo na despesa financiada pela receita, onde seguramente já estará plasmado o impacto dessa redução fiscal nas contas públicas. Pergunta-se, onde estão previstos os cortes na despesa para acomodar essas perdas de receita, ou pretende o Governo Regional prosseguir pela via do endividamento público?

Quanto aos apoios e benefícios fiscais de projetos de investimento por ilhas (artigo 42.º), qual a justificação para que os montantes máximos sejam tão díspares entre a Terceira e as restantes ilhas, isto é, 1 milhão versus 400 mil euros? Jocosamente, seria questão para perguntar se é um bónus decorrente, uma vez mais, da origem da Vice-Presidência do Governo... Já tínhamos um rei, agora vamos ter também um visconde, pela graça de Jesus.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já não é nada mal!

O Orador: O reforço e o combate ao subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde é uma realidade, que saudamos. Porém, há algumas questões pendentes para as quais desejamos ver uma solução e vamos contribuir com propostas efetivas. Quanto aos incentivos à fixação no Serviço Regional de Saúde, parecem-nos ser insuficientes e não devem ser uniformes na Região. Para tal, o PAN/Açores quer propor, durante esta semana, um aumento do valor do incentivo pecuniário e fixado em função das carências sentidas nas respetivas ilhas.

Outra valência entra no domínio do reforço de especialistas em saúde mental para hospitais e unidades de saúde de ilha. Para o PAN/Açores é fundamental aumentar o rácio de psicólogos por habitante e que em cada ilha haja profissionais desta área, não apenas como medida transitória no contexto pandémico que atravessamos, mas de forma permanente. A falta de meios humanos e recursos técnicos em certos setores públicos irá comportar futuramente gastos superiores aos que teriam sido aplicados caso se tivesse investido nessa área.

Não se perde dinheiro a investir na saúde mental. Operacionaliza-se e rentabiliza-

se. O que se investe na saúde mental trará, a curto, médio e longo prazo, ganhos em vários níveis.

É com desalento que não vemos o bem-estar animal como um verdadeiro domínio diferenciado neste Orçamento, nem sequer como um investimento programado, pelo que, em termos de visão holística, mesmo tendo em conta o publicado em Jornal Oficial a semana passada, pretendemos contribuir para dignificar esta componente, além das medidas já implementadas.

No domínio ambiental e no combate às alterações climáticas, a par das políticas plasmadas, desejamos ver implementada uma verdadeira transversalidade e um investimento concreto, robusto, além do valor já previsto e inviolável (regras da União Europeia) no Plano de Recuperação e Resiliência e dos 20 milhões do projeto LIFE IP CLIMAZ da União Europeia.

Quanto à corrupção e gestão de conflitos, de interesses, o atual Governo Regional dos Açores limitou-se a uma transcrição *ipsis verbis* do texto do anterior executivo.

O Governo da República elaborou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-24 e existe a Diretiva 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, que deve ser transposta para Portugal. Sobre estes documentos transmutados para a Região, nada foi mencionado.

Mas ainda assim não chegam. Este é um problema endémico e intolerável na sociedade portuguesa e, obviamente, na sociedade açoriana e não diz respeito apenas à grande corrupção, mas igualmente ao pequeno favor para o emprego, para o acesso aos cuidados de saúde, para o cargo de chefia, entre outros.

O PAN sugere veementemente que seja elaborada legislação adequada que abranja todos os partidos e todos estes tipos de corrupção e, sobretudo, uma autoridade isenta capaz de a fiscalizar.

Mais ainda, quer nas Regiões Autónomas, quer na República, rever a questão das incompatibilidades de deputados e detentores de cargos públicos, bem como os

períodos de nojo após a cessação destes cargos, é uma necessidade imperiosa para moralizar a causa pública.

Este Governo Regional resulta de uma maioria, fruto de uma coligação com um acordo parlamentar. Salvo em condições excepcionais, é nosso entendimento, em nome da estabilidade política, económica e social, que as legislaturas são para cumprir.

As propostas que hoje discutimos não coincidem com muitos dos nossos princípios ideológicos e há mesmo linhas vermelhas sobre as quais não podemos condescender. No entanto, nem tudo é antagónico, nem em tudo estamos em desacordo e, sobretudo, queremos realçar a franca abertura do Governo para acomodar as propostas da maioria dos partidos e dos parceiros sociais em todas as ilhas.

Nunca podemos esquecer, este ano, como o ano passado, em tempo de pandemia e incerteza económica para tantas famílias açorianas, que seria vil se os partidos inserissem como prioridade principal a sua ideologia e nunca a harmonia da nossa Região. Será o ego partidário superior ao bem-estar de todos os açorianos? Veremos esta semana.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Estamos a viver uma nova época nos Açores. Uma esperança renovada no nosso futuro coletivo.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: A ideia central da nossa ação política é regressar à pureza do nosso sonho autonómico e aos ideais que presidiram à sua criação: mais democracia, mais justiça social, mais progresso económico e mais autogoverno.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: É hoje evidente que os resultados de 24 anos de poder absoluto que antecederam a entrada em funções do atual Governo não resultaram. Como é que se chega a esta conclusão? Olhando para os números catastróficos da pobreza e da desigualdade social nos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Uma parte significativa da nossa população vive no limiar da sobrevivência.

O Governo do homem providencial não resultou e não resultará nunca. O caminho é outro. É o caminho percorrido pela soma das vontades e das inteligências. É para isso que existem os parlamentos. Para representar o conjunto do povo. Para discutir diferenças. Para somar vontades.

Depois de 24 anos de cesarismo este é o tempo do Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Das decisões coletivas. Tenho a certeza que vamos triunfar. Que o governo de muitos não deixará que uns poucos se apoderem da riqueza e dos recursos que são de todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nestes novos tempos, em que cada deputado é um príncipe do povo,
...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... é possível convergir de famílias ideológicas diferentes e esquecer antigas quezílias? Resistir às pequenas vaidades inerentes ao ser humano que se

sabe decisivo?

É possível! Tem de ser possível!

Meus Senhores!

Temos de manter a coerência global da nossa ação política e para isso é imprescindível executar o Programa de Governo, que é a fonte de legitimidade da ação política do Governo dos Açores.

Depois, temos de ter a capacidade de somar mais vontades e boas ideias para o progresso económico e a justiça social nos Açores. E é isso que eu acredito que irá suceder ao longo destes três dias de debate parlamentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na perspetiva do PPM estes são, nas presentes circunstâncias, o Plano e o Orçamento possíveis.

Tem continuidades em relação aos anteriores planos e orçamentos socialistas? Tem. É claro que tem. E o PPM considera que deve ter. Temos de cumprir os compromissos assumidos pelos anteriores governos dos Açores. É a nossa obrigação. É o nosso dever. É a nossa responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Alguns projetos presentes no Plano estavam já projetados ou quase a iniciar a sua execução. O dinheiro que se gastou devia ter sido deitado fora só para fazer diferente? O PPM considerou que deviam ser prosseguidos.

O que importa não são os direitos de autor. O que importa é decidir de forma racional e na defesa dos interesses dos Açores. Acredito que foi isso que foi feito.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Se votar contra estes documentos orçamentais, o PS/Açores estará a inviabilizar muitos dos projetos que ele próprio definiu como essenciais.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos a enfrentar uma pandemia com repercussões brutais na saúde pública, na educação e na vida económica e social. Os instrumentos orçamentais foram desenhados para responder às terríveis circunstâncias que temos de enfrentar. Enfrentamos circunstâncias excecionais, que exigem respostas igualmente excecionais.

Descer os impostos faz parte da receita certa para enfrentar a atual crise? É claro que sim. O PPM acredita que o alívio fiscal das famílias e das empresas constitui uma receita eficaz para a retoma económica.

Apoiar as empresas açorianas de forma tão ambiciosa faz sentido? É claro que sim. São elas que geram riqueza e criam emprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: A enorme projeção de verbas para o setor da saúde é imprescindível? Não temos outra hipótese. A Covid-19 representa um enorme risco para a população, que é necessário enfrentar de forma determinada.

Assegurar a sobrevivência da SATA é importante? É essencial! Trata-se de uma empresa imprescindível para os Açores e um dos nossos grandes ativos estratégicos.

O reforço dos apoios sociais faz sentido? É crucial. O Governo dos Açores tem de acudir onde for necessário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Meus Senhores!

Termino este discurso citando Carlos César, que afirmou, em 1997, que “todos devemos ter consciência da experiência nova que estamos a viver. O valor do voto de cada um e de cada partido no Parlamento é, hoje, profundamente diferente do seu valor nos 20 anos de maioria absoluta nesta Assembleia”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Daqui resulta que, segundo Carlos César, “aos partidos de oposição, não basta não ser a favor, para votar contra. Hoje, com um governo sem maioria, votar contra em matérias estruturantes para a atividade governativa, como o são o Orçamento e o Plano, não quer dizer simplesmente que se diverge. Quer dizer que se quer impedir o governo de governar.”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nunca pensei dizer isto antes, mas Carlos César estava coberto de razão.

(Risos da Câmara)

Uma palavra final para as ilhas do Corvo e das Flores.

Quero dizer apenas que está para breve a chegada de uma coisa do outro mundo à ilha do Corvo. Trata-se de um navio com capacidade para navegar, ao longo de todo o ano, entre as ilhas do Faial, Corvo e Flores. Digo do outro mundo, na

medida em que, segundo o PS/Açores, não existia, neste mundo, um navio com características para fazer isso.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que para mim foi mais fácil aprovar o Programa do Governo do que este Plano e Orçamento. E digo isso com alguma mágoa, é certo, porque, à data da aprovação do Programa do Governo, estávamos a aprovar um conjunto de intenções, obviamente, a dividir por uma legislatura, mas que nos deram algum conforto na aprovação desse Programa do Governo.

O Plano e Orçamento que vai ser discutido esta semana nesta Casa deixa-me algumas mágoas. E deixa-me alguma mágoas, Sr. Presidente, desde logo, permita-me a crítica, com a amizade que lhe tenho, porque não gostei do tamanho do seu Governo. Não, não gostei. Não gostei eu e atrevo-me a dizer que não gostou uma grande maioria do povo açoriano, porque quando se criticou a bancada rosa dos despesismos dos últimos 24 anos, o povo açoriano estava à espera de mais, julgo. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, temos uma legislatura completa para corrigir essa que eu acho que é uma grande debilidade deste Governo. E todas as vezes que irá existir debates nesta Casa, todos os meses, os

senhores ouvirão essa crítica, não só do Chega, mas de todos os partidos, especialmente da bancada rosa.

Devo dizer também que não é um Plano e Orçamento que me deixe confortável, porque não vejo, de forma clara e inequívoca, a questão da criação de condições para fixação de profissionais de saúde, um dos grandes males de que padece a nossa Região. Há poucos profissionais de saúde, alguns ponderam fortemente deixar de exercer funções na Região.

E o nosso povo açoriano, aquele que menos culpa tem de estar doente, é aquele que repetidas vezes recebe telefonemas a dizer que lhe foi adiada uma consulta no centro de saúde, que vai ser adiada uma cirurgia, que vai ser adiada uma consulta de especialidade. E são pessoas que não têm culpa de estarem doentes. São o último elo da cadeia da saúde, aqueles para os quais a saúde funciona e que muitas vezes não funciona.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

É importante perceber o que é que se passa na Saúde. É importante perceber se a culpa é do Governo, se é dos profissionais, porque os doentes já não querem saber de quem é a culpa, querem é saber a solução do problema.

É que os senhores estão em funções há quase seis meses e o que é certo é que os problemas que aconteciam com a bancada rosa ainda persistem. Será a pandemia? É possível. Mas a pandemia não pode explicar tudo, Sr. Presidente, porque quem está doente já não quer saber se é da pandemia. Quem está doente, quer ver o seu problema resolvido.

Mas deixando de falar da Saúde, eu queria, de uma forma também destacada, lembrar um outro assunto, um outro assunto que será seguramente um importante contributo para a redução do RSI na nossa Região: é preciso criar condições para que haja mais empregabilidade nesta terra. É preciso criar condições para quem está em casa, alguns acusados de não gostarem de trabalhar, mas alguns também que não têm condições para trabalhar. Não têm condições porque a nossa

economia é frágil, é débil e não tem capacidade de criar mais emprego.

E o Estado? O Estado não pode ser o empregador de todos, porque dali da bancada rosa vimos que nos últimos anos o número de empregos no Estado aumentou 9%. Portanto, o Estado não se pode sobrepor à economia real na questão da criação de postos de trabalho.

Portanto, fica o desafio, Sr. Presidente, terá quatro anos, obviamente, para resolver este assunto. Mas o povo açoriano não espera quatro anos, será necessário criar condições para que essas pessoas voltem condignamente a trabalhar nesta terra.

Queria ainda dizer que acho insuficiente o seu Orçamento e Plano para este ano a nível de políticas ambientais. Temos que passar mais da teoria à prática. Há casos graves, ambientais, para resolver na nossa Região, que não estão resolvidos.

E permitem-me também a crítica: eu penso que, às vezes, sabe-se lá por que razão, há pouca vontade de resolver esses problemas ambientais. Sempre que se fala neles, há sempre pessoas que se põem de pé, outros que viram costas, sobre uma situação que não é da ilha X, nem da ilha Y, é do território Açores.

Permita-me ainda que também lhe critique que este Plano e Orçamento nada fala sobre justiça laboral. Uma coisa que dói a quem é vítima dessa injustiça. Nem todos trabalham para o Estado e beneficiam das regalias sociais que é trabalhar para o Estado, a nível das condições na assistência na doença, a nível a aposentação, a nível da carga horária de trabalho, a nível da segurança do mantimento do posto de trabalho.

Enquanto não houver políticas justas laborais, jamais se criará a diversidade de profissões que é necessária ao normal funcionamento da nossa sociedade, porque carpinteiros, eletricitas ou assistentes operacionais de outras áreas não se cria por decreto, nem o gosto por essas profissões se ensina nas escolas. Ou se traz o gosto de infância ou de natureza própria, ou então tem que haver um incentivo que leve as pessoas a optarem por essas profissões, que fazem falta à nossa sociedade. A nossa sociedade hoje, o Ocidente em especial, todo ele, padece dessa carência.

Cada vez há menos pessoas interessadas em exercer profissões que não são devidamente remuneradas. Não há motivações para certas profissões.

Outra coisa, permita-me também que lhe critique, é que, a nível das políticas de envelhecimento na nossa terra, acho que este Plano e Orçamento foi pouco ambicioso. As pessoas continuam a envelhecer e continuam à espera que lhes seja dada a devida atenção e a devida recompensa pelo justo contributo que deram a esta terra.

E espero que no próximo Plano e Orçamento, sinceramente, estejamos mais à frente, mesmo reconhecendo que esse Plano e Orçamento será de uma dimensão anormal, fruto também do endividamento em condições excepcionais, que só desta forma pode socorrer os graves problemas que a nossa Região atravessa, fruto de um estado pandémico e também de uma governação de 24 anos, distorcida, no meu entender.

Permita-me ainda a crítica à falta da rentabilidade dessas mesmas profissões que falei há pouco e de outras, nomeadamente da pecuária, da agricultura, das pescas. Os profissionais dessas áreas precisam ver reconhecido deste Governo, já que dali nada veio, que estamos atentos, que os senhores estão atentos e que o objetivo é criar condições para que no final desta legislatura haja pessoas que tenham orgulho de serem pescadores, de serem agricultores, de serem lavradores. E tenham uma palavra, em voz grossa, como é característica destes senhores, dizer: houve um Governo que se lembrou de nós. Fique atento, Sr. Presidente, é bom ouvir essa voz grossa a reconhecer o nosso mérito!

De resto, nem tudo estará mal neste Plano e Orçamento, principalmente quando vemos aqui as críticas da bancada rosa, que parece ser má notícia que este ano vai-se injetar menos dinheiro na SATA. Parabéns ao novo Governo! Finalmente, alguém tem coragem de injetar menos dinheiro na SATA. Parece que injetar dinheiro na SATA de forma indiscriminada é notícia. Isso é ao contrário daquilo que deveria ser. A nossa companhia de transportes deveria ser mais autónoma.

Portanto, fizeram, há pouco, aqui, notícia de que há menos dinheiro este ano para a SATA. E muito bem que há menos dinheiro, porque as pessoas que não viajam não têm a obrigação de pagar os custos de quem viaja frequentemente. É assim que nós entendemos. É assim que deve funcionar.

Além disso, também vi aqui, com alguma estranheza, da bancada rosa, que os senhores tinham recebido uma herança, uma herança de 73 milhões de euros. Isso faz-me lembrar alguém que, se calhar, faleceu e deixou de herança um par de sapatos, mas dentro do roupeiro onde estavam guardados os sapatos havia lá as faturas dos sapatos, do casaco, das calças, dos peúgos e das outras coisas todas. Portanto, a herança dos sapatos era uma herança envenenada, mais valia nem ter aberto o roupeiro!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas, pronto, cada um entende como entende.

Sr. Presidente, termino reiterando aquilo que disse, o povo açoriano esperava mais desse seu Governo. Mas eu também, como representante desse povo açoriano, darei o benefício da dúvida a este Governo. Eu, como representante desse povo açoriano, vou estar atento durante estes dias onde se vai debater este Plano e Orçamento. E estou em crer que, se durante estes dias não forem aprovados aqui disparates, desculpem o meu mau termo, estaremos em condições de vos apoiar, este ano, este Orçamento, porque queremos outros mais ambiciosos, outros mais atentos, onde haja um rumo, um futuro para esta terra, onde os orçamentos não sejam um mero instrumento de capitalização política, como é bem prática e do conhecimento do povo açoriano.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Tenho que ser telegráfico porque 15 minutos para três dias ou para cinco dias é muito pouco tempo.

Para a Iniciativa Liberal é importante, fundamental mesmo, que esta coligação PSD/CDS/PPM saiba dar respostas ao socialismo, que seja capaz de agir contribuindo para uma diminuição da pobreza, da abstenção e um efetivo combate ao crescimento dos populismos e totalitarismos por desmotivação do eleitorado que não vê os seus problemas resolvidos.

Importa, por isso, inverter essas políticas que nos trouxeram materialmente à pobreza e sociologicamente ao crescimento de uma descrença generalizada nas intenções da classe política e, conseqüentemente, ao aumento da abstenção e da falta de participação cívica.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A diminuição da carga fiscal na Região Autónoma dos Açores até ao limite permitido pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas permite, diria que é mesmo uma medida fundamental para o relançamento da economia, contrariando os efeitos que a elevada carga fiscal tem na redução da respetiva defesa. Quem sabe destas coisas, sabe que é assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: A redução das taxas de IRS, IRC e IVA irá proporcionar uma devolução de capital às empresas, mas principalmente às pessoas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O problema não é precisamente aqueles que mais ganham, isso é mero populismo, o problema desta Região é existirem 64% de pessoas que estão abaixo dos 800 euros. Este é que é o problema desta Região e é por esta via que temos de

resolver.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Região, a par do todo nacional, tem a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho das mais elevadas da União Económica e Monetária.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

Deputado Francisco César (PS): O senhor que vá à Suécia!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado! Basta para isso, tal como fazem os outros países da União Económica e Monetária, juntar os 11% da taxa social única às taxas de IRS. Basta fazer isso para descobrirmos que, no fim de contas, a taxa final que nós temos é uma taxa elevada. Mas é, contudo, uma das regiões mais pobres, senão a mais pobre do mesmo espaço económico e monetário, com indicadores socioeconómicos (preste atenção, Sr. Deputado) que fazem corar ou deviam fazer corar os anteriores e, se não mudarmos o paradigma, os futuros governantes desta Região. 1 euro a menos de impostos é 1 euro a mais nas pessoas e nas empresas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nesta nova governação e nos documentos que hoje discutimos – Orientações de Médio Prazo, Plano para 20/21 e o Orçamento a ser executado no prazo de apenas seis meses –, a Iniciativa Liberal estará sempre contra qualquer ação que não seja racional, que sirva apenas para garantir clientelas eleitorais, adicionar estruturas de poder e engordar, neste caso, o Estado-Região.

Este Orçamento não pode servir para criar mais cargos de nomeação política! Os

funcionários da Região não podem estar dependentes de vontades de confiança, mas sim da sua capacidade técnica, do seu mérito, na persecução do objetivo de melhorar a qualidade do serviço que prestam aos cidadãos. Afinal, o cidadão contribuinte é que nos faz existir. É para que eles que estamos aqui. É para eles que estão todos os funcionários em todos os departamentos do Governo Regional dos Açores.

A Iniciativa Liberal não é um partido de cultos de personalidades, de vaidades ou de outros tipos de cultos, nem tão pouco de visões e de interesses geográficos, irracionais e eleitorais. Queremos fazer a política com pessoas com percursos profissionais académicos e de vida reconhecidos. Não embandeirar em bairrismos para garantir simpatias eleitorais.

A Iniciativa Liberal tem uma nova visão para a política, dissemo-lo aos eleitores, reafirmamo-lo no debate do Programa do Governo e reafirmamo-lo agora neste debate. Defendemos uma região mais liberal e onde se liberta os cidadãos das políticas estatizantes.

Se os partidos da coligação – PSD, CDS e Partido Popular Monárquico – abandonarem as derivas estatistas, podem contar com o nosso apoio.

A Iniciativa Liberal obteve um deputado nas eleições do passado dia 25 de outubro para influenciar a governação em prol dos princípios liberais. E, por isso, estamos hoje aqui e sempre estaremos aqui a fazê-lo.

Não citarei a “Dama de Ferro” nem citarei Winston Churchill, mas sim Tio João Ângelo, ...

Deputado Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... falecido ontem na ilha de Jesus Cristo:

“Teu avô muito suava
de tanto que trabalhava
para ganhar o sustento.
Tua avó fazia a conta

e não encontrava a ponta do novelo do orçamento. Ela quase enlouquecia com o resultado que dava, pois quanto mais lhe mexia mais o orçamento mingava.” Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Não havendo, podemos avançar para a próxima área governativa... Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, posso falar?

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Orador: Agradeço.

No âmbito das intervenções que foram feitas e daquilo que tem sido o percurso deste Governo nos últimos meses, este Governo de direita prometeu um milagre económico, prometeu mais rigor, prometeu mais transparência.

Sr. Secretário Regional das Finanças, como explica que as receitas fiscais com o IRC sejam praticamente iguais às apresentadas em 2020, tendo em conta o ano que vivemos, difícil, de queda abrupta da atividade económica e de redução dos lucros das empresas?

Sr. Secretário, como explica que as receitas com o IVA sejam praticamente iguais ao ano anterior, quando pretende reduzir 16 milhões de euros na receita fiscal com

a diminuição da taxa normal e quando já existe uma revisão em baixa do PIB nacional e das receitas fiscais?

É esta a sua definição de rigor e transparência?

Sr. Secretário, onde estão refletidas, no Plano e Orçamento, as verbas provenientes do Programa de Recuperação e Resiliência? Qual o seu impacto no PIB? E qual o seu impacto na taxa de desemprego?

É que este Governo de direita prometeu e apregou mais transparência, mais rigor, um milagre económico, mas aquilo que vemos, afinal, são erros, são contradições e são riscos que colocam em causa as finanças públicas regionais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Prescindo.

Presidente: Sim, senhor. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas as medidas de apoio às empresas, desenvolvidas pelo Partido Socialista, para fazer face à redução da atividade em virtude da circunstância Covid, incidiam na contrapartida de salvaguardar o emprego. No atual Governo, esta condição de manutenção do emprego em função dos apoios recebidos permite reduções de 90, 80 e até de 75%.

Para o Partido Socialista, o apoio público devia e deve significar também preservação do trabalhador.

O atual Governo desistiu da manutenção do emprego. Curiosamente ou não, daí

para cá, aumentaram em 709 o número de inscritos nas agências de emprego na nossa Região.

O Sr. Secretário admite, ou não, voltar atrás?

Para o Partido Socialista, o apoio público devia e deve significar também preservação do emprego. O apoio público a empresas deve significar também a defesa do trabalhador.

Segunda questão: o cenário macroeconómico apresentado prevê o crescimento da taxa de desemprego em 2021, ao contrário do ano passado em que desceu, baixou de 7,9 para 6,1. Para o Partido Socialista, esse aspeto é fundamental. Quer dizer com isto que as vossas atuais políticas estão a levar a mais desempregados e a mais ocupados?

Vamos ao apoio às empresas. O Programa de Apoio aos Custos Operacionais, referentes ao último semestre de 2020, ainda não foram pagos na totalidade. Há formulários de candidaturas entregues no início de dezembro que ainda se encontram em análise. O programa PACO, que é uma medida complementar aos custos operacionais, ainda nem sequer entrou em vigor. Anunciaram e até hoje não está operacionalizado. Só para termos uma ideia, foi publicado por Resolução a 10 de fevereiro de 2021. É que nem as candidaturas estão ainda disponíveis.

É exigido às empresas o cumprimento dos prazos na entrega dos pedidos de apoio, e os senhores não cumprem a vossa parte. Infelizmente, não há prazo limite para as vossas respostas. Estamos nisto há meses.

No programa IRNAE II, uma das medidas de apoio é um crédito de 50% no valor das contribuições da Segurança Social. Ora, este valor ainda não se encontra para reconhecer. O Sr. Secretário tem conhecimento desta situação? Está a ser feita alguma coisa da vossa parte para regularizar?

Vamos ao APOIAR.PT Açores. O programa APOIAR.PT Açores previa um apoio para o primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2020. Ficou acordado que metade de valor era pago na aceitação da candidatura e o restante com diferimento

de mais ou menos quatro meses. Tendo em conta a asfixia das empresas, considera a necessidade de encurtar este período?

Como podemos comprovar, este Governo promete e anuncia muito, mas cumpre muito pouco. Anunciam as medidas com pompa e circunstância, mas não cumprem com eficiência e eficácia. Estamos perante, pois, um Governo que muito promete, mas muito pouco faz.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças, Sr. Vice-Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças, o senhor anunciou que este Plano e Orçamento estavam condicionados por um reforço de apoio financeiro à SATA. Uma espécie de herança pesada deixada pelo anterior Governo.

Aliás, numa entrevista à RTP Açores, a 22 de janeiro, cujo único objetivo, desde cedo se percebeu, era atacar o partido maioritário deste Parlamento, referiu que existia uma dívida antiga do Governo Regional à SATA de 52 milhões, que faltavam pagar 32. E que quem não percebia essas operações ou este valor de dívida, ou não tinha lido ou não tinha estudado.

Ora, lendo o seu orçamento, eu pergunto-lhe: como é que justifica que no seu orçamento apenas lá esteja referido uma dívida de 6,8 milhões de euros à SATA? Onde estão, afinal, os 32 milhões de euros?

Ora, estudando as propostas por si apresentadas, nós questionamos porque é que não pagou em dezembro passado estes 6,8 milhões quando tinha dotação no

orçamento para o fazer.

Ora, lendo e estudando o seu orçamento, como é que o Sr. Secretário justifica que, depois de todos os ataques feitos pelo Governo, e partidos que o suportam, a esta bancada socialista, afinal, o esforço financeiro que vão realizar com a SATA seja 28 milhões inferior ao realizado no último ano? Talvez a justificação seja muito simples, trata-se de pura propaganda à custa da transparência nas contas regionais. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, três notas, três esclarecimentos, se faz favor. Primeira contradição: diz o Governo Regional que estamos numa nova cultura política, que há uma separação entre despesas correntes e despesas de investimento e que as despesas correntes estarão inscritas no Orçamento. Ora, Sr. Secretário, aconselho-o a visitar as páginas 111 e 112 do Plano de investimentos, exatamente da sua Secretaria, onde refere nesse Plano de investimentos a aquisição de computadores, auscultadores, material de escritório, deslocação e estadas. Despesas correntes, portanto. Eu pergunto, Sr. Secretário, se é na sua própria Secretaria que dá o exemplo ao resto do Governo. E é esta contradição absoluta que o faz cair por terra. Anuncia uma coisa e faz exatamente o seu contrário.

Segunda nota: falta de transparência. Nos documentos não se compreende. Das audições do Governo nas Comissões ficamos a saber ainda menos. Dois

exemplos: 165 milhões para o transporte aéreo. Pedimos que o discriminasse, dizer o quê, quanto e para o quê. Nos documentos não se consegue. Nas audições do Plano voltou-se a não conseguir. Ainda, nas suas respostas escritas à Comissão de Economia, ficamos exatamente na mesma.

Outro exemplo: 36 milhões de euros para o Lorenzo, investimentos de recuperação dos portos. Perguntamos à tutela onde é que vão ser investidos esses 36 milhões. Resposta: não sei.

São dois exemplos, são 203 milhões de euros. Transparência zero!

Terceira nota: milagre dos milhões. Em apenas cinco dias, da anteproposta para a proposta final, o senhor fez aumentar 267 milhões repartidos por todas as ilhas.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: E, espante-se, sem alterar o valor total de nenhuma ação. Consegue explicar este milagre, com a transparência que não existiu até aqui, dizendo qual o critério utilizado para a distribuição desses milhões pelas nove ilhas? Porque não se vislumbra.

O Sr. Secretário falou muito nos últimos dias, inclusivamente aqui já nesta Casa, mas a conclusão a que se chega é que foi muita parra e pouca uva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O XIII Governo anunciou mais de 60 milhões de dotação para as medidas de apoio às empresas no contexto Covid. A este montante acrescem 30 milhões dos Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial, perfazendo assim um total

superior a 90 milhões de euros. Note-se que são anunciados 90 milhões de euros, mas os documentos oficiais apresentam uma dotação de apenas 38,7 milhões de euros. Sr. Secretário, onde está o resto do dinheiro? Como irá responder às necessidades dos nossos empresários?

Ainda, no que concerne à competitividade empresarial, o Plano reflete um desinvestimento superior a 73% na rubrica de instrumentos financeiros de apoio às empresas. Mais uma vez, Sr. Secretário, como irá este Governo, no atual contexto, corresponder às necessidades dos empresários, reduzindo de 7,5 milhões para apenas 2 milhões?

Para o Partido Socialista, a importância do empreendedorismo na promoção da inovação e da competitividade foi há muito reconhecida e valorizada, tendo implementado um conjunto de iniciativas orientadas para o fomento da atividade empreendedora. O atual Governo apregoou a importância do mesmo para a vitalidade da economia açoriana, no entanto reduz em 73% o investimento nesta rubrica. Para o Governo, o empreendedorismo vale a apenas 150 mil euros?

Sr. Secretário, no que diz respeito às empresas, este Orçamento sabe a muito pouco.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Responde ali à menina Deputada!

Deputada Sandra Faria (PS): Menina?!

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ávila e a primeira conclusão que tiro ou a primeira dúvida é: como que há um quadro tão negro para o futuro deste Governo e deste Orçamento, com uma herança tão boa? Há, claramente, aqui, uma incongruência profunda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Manuel Ramos (PS): O Sr. Secretário não responde?

O Orador: Quem ouvisse o Sr. Deputado Sérgio Ávila diria que o futuro é, de facto, muito difícil na Região. E tem razão, é difícil e é preciso soluções governativas que sejam muito eficazes e diferentes das anteriores, senão aquele caminho que percorria o anterior Governo é aquele que encontraria este Governo, mas aquilo que nós tentamos é que não seja assim, aquilo é o desígnio deste Governo.

Relativamente às previsões económicas, gostei de ouvir a sua preocupação relativamente àquilo que é a previsão do crescimento do PIB, porque este Governo, no seu primeiro ano, apresenta previsões económicas no Orçamento. E o seu Governo, só ao fim do 24.º ano, só no último Orçamento, é que apresentou previsões económicas. Até aí, nunca apresentou qualquer previsão económica.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Apesar de, pelo menos na última legislatura, ainda deputado também aqui na Assembleia, ter desafiado o Sr. Vice-Presidente, na altura, a que apresentasse previsões económicas, aliás, como o Tribunal de Contas, várias vezes, ou sempre, nos seus pareceres, recomendava que fossem feitas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Relativamente aos saldos, aí custa-me que o Sr. Deputado Sérgio Ávila e antigo Vice-Presidente tenha dito o que disse, porque sabe perfeitamente, conhece melhor do que ninguém o funcionamento das finanças públicas e sabe que a existência do saldo resulta exclusivamente da aplicação de uma recomendação do Tribunal de Contas, que depois de ter recomendado ao Governo diversas vezes, finalmente recomendou à Assembleia achando que o Governo já não cumpriria. E este Governo, no seu primeiro ano, cumpre aquilo que é uma recomendação do Tribunal de Contas, que é básica e tem a ver com o princípio básico das finanças públicas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Relativamente àquilo que é a previsão para os próximos anos, em que disse que não há condições de manter o nível do Orçamento e do Plano, é evidente que não há, tanto que está aqui e consta das Orientações a Médio Prazo, consta aqui já para o próximo ano uma redução para 500 milhões de euros do Plano. E, portanto, o Governo tem esta matéria prevista. E, com realismo, já prevê que no próximo ano há um conjunto de receitas que não existem e há um conjunto de circunstâncias que não se verificam.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que responde?! Quem responde é o Governo!

O Orador: Por isso, no Orçamento e no Plano para 2022, essa situação está prevista e, portanto, com toda a coerência.

Quanto à questão da dívida aprovada ou da legalidade da dívida, o Sr. Deputado Sérgio Ávila e a bancada do Partido Socialista colocaram em dúvida se, na prática, a aplicação do artigo 81.º do Orçamento de Estado é compatível com aquilo que é o aumento do endividamento que está previsto neste Orçamento. A questão aqui é esta: Sr. Deputado Sérgio Ávila, se há matéria que dificilmente eu, se estivesse no seu lugar, falaria, era em matéria de dívida pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é aconteceu? Já apresentamos os números aqui, mas a verdade é que tudo o que era aprovado no Orçamento da Região em matéria de dívida pública não era cumprido, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... era contratada dívida pública superior. E basta consultar os procedimentos por défice excessivo, comparar com o que estava no Orçamento da Região para o período entre datas, e qualquer um chega.

Mas tenho que recordar que, por exemplo, em 2016, estavam orçamentados 50 milhões de euros e o aumento da dívida foi de 101 milhões de euros. Em 2017, eram 60 e foram 94. E assim sucessivamente. E, em 2020, portanto, bem recentemente, o que estava no Orçamento da Região era o aumento líquido de 285 milhões de euros e a Região aumentou o seu endividamento em 449. Portanto, eu, se estivesse no seu lugar, sentiria muito desconforto em trazer para aqui matéria que tem a ver com a dívida pública.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente ao aumento da dívida pública, é uma questão de definir o período temporal, mas se formos de 2012 até 2019, incluindo todo o perímetro orçamental, neste período, a dívida pública, de acordo com a notificação dos procedimentos de défice, aumentou quase mil milhões de euros. Este é o caminho de crescimento que aconteceu. Enquanto que o PIB, em termos nominais, no mesmo período, aumentou 23%. Portanto, nós estamos a falar aqui de uma disfunção entre aquilo que foi o aumento da dívida e foi o aumento do PIB.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, nessas condições, o caminho que seguia foi o caminho que disse o Sr. Deputado Bruto da Costa, que era o caminho do precipício.

Deputado Francisco César (PS): Nem com apresentações em PowerPoint!

O Orador: Mas é óbvio, quem olhar para os dados chega a essa conclusão.

E o argumento é redutor, de que estamos melhor do que o país e do que a Madeira. Quanto ao país, nós sabemos, dos últimos 25 anos, o Partido Socialista governa o país há 19, portanto, a expectativa não era muito melhor do que essa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Relativamente à SATA, o problema da SATA resulta de 260 milhões de euros que, nos dois Governos do Deputado Vasco Cordeiro como Presidente, a SATA perdeu. E, portanto, tudo o que se coloca a este Governo e aos açorianos é o pagamento de um conjunto de erros pesados financeiramente.

Se, em 2021, o valor para a SATA é maior ou menor, o que nos parece e que reflete aqui o Orçamento é que há aqui uma incerteza relativamente àquilo que é o plano de reestruturação da SATA e aquilo que venha a ser a posição da União Europeia. Portanto, todos nós sabemos que a fatura, o Governo estima que seja

aquela, mas poderá não ser. Infelizmente, essa é a situação. Os senhores deixaram a SATA num estado de falência técnica (é o termo utilizado pelo Tribunal de Contas).

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o grau de liberdade para encontrar soluções é completamente redutor. E aquele que se coloca a este Governo é muito difícil. Todos nós sabemos disso.

Quanto ao IRS, custa-me que tenha sido apresentada a questão do IRS com a ligeireza com que foi apresentada.

O Sr. Deputado Nuno Barata esteve muito bem, chamou a atenção. E nós estamos a falar aqui de um instrumento de política económica fundamental, estamos a falar da Lei das Finanças Regionais, que reconheceu à Região a capacidade para reduzir ou aumentar o diferencial até 30%.

E no caso do IVA, nós tivemos o IVA com diferencial de 30% durante quase 30 anos, desde 1986, aliás, aprovado por um Governo, na altura, do Primeiro-Ministro Mário Soares. E, portanto, aquilo que aconteceu ou aquilo que é a proposta deste Governo é repor aquilo que foi o reconhecimento durante 30 anos. Não é qualquer novidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A contradição relativamente à alteração fiscal é aquilo que foi a posição do Partido Socialista. Quando o Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas reduziu o diferencial para 20%, de acordo com as imposições da Troica, os senhores manifestaram-se contra e estavam contra. Quando tiveram a possibilidade de repor, não o fizeram porque preferiram ficar com o dinheiro.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, relativamente ao IRS, a verdade é que, o Sr. Deputado Nuno Barata já disse, mais de 60% dos açorianos não pagam IRS porque têm rendimentos demasiado baixos. Também já disse que faz sentido comparar a situação fiscal com outros países quando há a taxa social única incluída.

E nessa matéria sempre diria que a redução fiscal que está prevista no IRS, ao contrário do que dizem, abrange 40 mil agregados na nossa sociedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, quando entrar em vigor, em 2022, no IRS das famílias açorianas, há 40 mil agregados que terão benefícios fiscais em sede de IRS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: A verdade é que os que já têm o diferencial de 30% não podem obter mais nenhum, até porque não pagam IRS porque são demasiado pobres. Aquilo que nós pretendemos é que esses aumentem o seu nível de vida. E o ideal era que passassem a pagar imposto, desde que tivessem rendimentos nesse sentido.

Relativamente à convergência, e já termino, andamos com o ping-pong da convergência. A Região não convergiu com a Europa nos últimos 20 anos. Passou, em 1999, de 67,2 ou 3 para 69,6 ou 7, em 2019. Ou seja, se essa é a ambição do Partido Socialista, aumentar a convergência em 2% em 20 anos, essa não é a do PSD e a do Governo da coligação.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A nossa ambição é que a convergência se sinta tal e qual como aconteceu noutros países europeus que aderiram mais tarde à União Europeia e

que têm conseguido convergências verdadeiramente brilhantes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Miguel Costa (PS): E o Governo não responde!

A Oradora: Eu também acho que o que acabamos de assistir aqui é um bocadinho um filme tirado da realidade, porque até parece que quando o Partido Socialista neste momento fala de emprego público, quase que não precisou de dois alfabetos para dar o nome aos programas estagiar, porque era o estagiar A, o estagiar B, o estagiar C e depois nunca mais acabava de mudar de letra, sempre nos mesmos moldes os programas ocupacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: E era assim que o Partido Socialista justificava as suas aberturas de vaga para emprego público, porque, na verdade, de programa atrás de programa, de 24 anos em 24 anos, o que nós perdemos foram já três gerações nos Açores à procura de trabalho e a única coisa que encontravam, de facto, eram programas ocupacionais.

Mas eu também percebo que doa ao Partido Socialista os apoios sociais deste Governo quando falamos na remuneração complementar, por exemplo, como disse o Sr. Secretário, e muito bem, que atingirá cerca 8500 trabalhadores, com

um acréscimo de 2,5%.

A nova avaliação remuneratória é injusta. Uma questão de justiça de todos os trabalhadores da RIAC.

E a integração de precários.

Acho que, neste momento, o que dói mesmo ao Partido Socialista é que daqui em frente teremos um Governo assente no mérito, na competência, na transparência, na eficiência e com um justiça laboral e social, que foi uma coisa para a qual o Partido Socialista sempre virou as coisas.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quatro notas. Primeiro, para o Sr. Deputado Sérgio Ávila, saudar a sua vinda ao debate. V. Exa. estava com pena minha, escondido um pouco atrás das criptomérias.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O quê? Não correu bem!

O Orador: E hoje veio e saúdo a sua intervenção, porque faz-nos falta. Mas, do meu ponto de vista, apareceu um pouco como o Velho do Restelo, muito pessimista. De facto, apresentou, acima de tudo, a questão de supostos erros nos

documentos.

Uma das primeiras notas que lhe digo é que os erros vindos da mesma equipa que foi mantida de V. Exa. não lhe ficaram muito bem. Primeiro, não são erros e, depois, não fomos sectários. A equipa é boa. Eu respeito o trabalho da equipa. E, portanto, só tenho que saudar o bom trabalho que consta destes documentos.

Há um exemplo que fala de tudo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Se a equipa é a mesma...

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Silva repete cinco vezes sempre a mesma coisa. Sabe que isso é bullying, isso não é um aparte!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Um dos exemplos interessantes...

Deputado Carlos Silva (PS): Não se sinta intimidado! Calma!

O Orador: Não estou intimidado! Já viu pela minha cara que eu não estou intimidado!

Um dos aspetos que queria realçar são os últimos anos, a evolução da dívida, porque falar no diabo quando a dívida passou... Mais que triplicou nos últimos oito anos, era de 722 milhões quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro iniciou as funções de Presidente do Governo e terminou em 2400 milhões. Portanto, é um número que fala sobre o problema de vir aí o diabo. O diabo já passou!

Um aspeto que também gostava de realçar tem a ver com uma matéria que também é repetitiva. Eu já vou responder a todas as perguntas que me fizeram, mas eu estou aqui e estamos todos para intervir e ouvir, para perguntar e responder, para concordar e, sobretudo, discordar. E eu fico muito confiante na discordância. Ficaria, aliás, preocupadíssimo com a concordância, porque significaria que iria ter os péssimos resultados que nós recebemos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Ora bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, acima de tudo, acho que o tom de dar aulas aqui não está certo. E eu tenho recebido, eu conto aqui pelo menos cinco lições. O Sr. Deputado Sérgio Ávila deu-me uma de finanças públicas. Eu agradeço, mas dispenso. O Sr. Deputado Berto Messias deu-me, no jornal, uma lição de administração pública. Por sinal, os seus números não estavam certos, mas quem não sabe ensina! O Sr. Deputado Miguel Costa, já lhe vou responder, mas também me deu, na sessão parlamentar anterior, uma lição sobre o Compete e, hoje, também, umas lições sobre qualquer coisa.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é que é humildade!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Humildade democrática!

O Orador: Não! Eu estou exatamente a dizer: recebi as lições. Aliás, se isto fosse uma universidade, muitos dos que não completaram os estudos já os tinham aqui completado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas vamos ao que interessa, porque de lições já estamos todos cheios. Receitas ficais quase iguais a 2020. Pois, 2020, Srs. Deputados...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não foi receitas fiscais!

O Orador: Eu tomei nota. Depois o senhor volta a pedir a palavra.

Presidente: Sr. Secretário, permita-me. Sras. e Srs. Deputados, os senhores reclamavam tanto que o Governo não falava. Agora que o Governo está falando não permitem que o Sr. Secretário...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Eu peço-vos que permitam que o Sr. Secretário conclua a sua intervenção.

O Orador: Vou responder também brevemente. As receitas fiscais, quase iguais a 2020. Pois são, porque 2020 foi um ano de Covid.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi receitas fiscais!

O Orador: Eu estou a responder às notas que tomei, Sr. Deputado. O senhor volta a pedir a palavra e volta a fazer as perguntas. E eu respondo a tudo.

Deputado Carlos Silva (PS): IRC.

O Orador: A questão que se levantou sobre receitas fiscais e sobre o IVA, a sua previsão do Orçamento de Estado foi de 6,9%. E a nossa é de 1,1%. A nossa é bastante mais conservadora. Mas quero-lhe dizer que isso não tem nada de errado, porque estamos num ano de Covid quase total e agora estamos, esperemos nós, num ano que será... no outro foi 9 em 12 meses e aqui serão 6 ou 7 em 12, esperamos nós. E, portanto, as previsões estão alinhadas com o Orçamento de Estado e não têm problema absolutamente nenhum.

Relativamente à questão do efeito fiscal para os anos seguintes, tem a ver exatamente com a mecânica dos impostos. No caso do IVA, inicia-se imediatamente. No caso do IRC, inicia-se imediatamente, mas as empresas só pagam para o próximo ano os seus impostos. E relativamente ao IRS, já combinamos com os serviços fiscais da República que as tabelas serão iniciadas em janeiro do próximo ano por uma questão de natureza técnica.

Relativamente ao Sr. Deputado Rui Anjos, a questão dos sistemas de incentivos.

Os sistemas de incentivos... Não está agora aqui para lhe fazer o ponto de situação, mas, por exemplo, o APOIAR.PT está a funcionar à média de 5 milhões de euros por cada trimestre. Portanto, já passaram três trimestres do ano passado, um primeiro trimestre deste ano e as candidaturas e os apoios pagos são de 20 milhões de euros. Portanto, uma verba muito significativa.

Falou-me, em especial, num programa que tinha sido criado, os custos operacionais. É um programa, de facto, com muita papelada e muito pouco eficiente. Só foram gastos 91 mil euros, mas é um problema de burocracia.

E, finalmente, relativamente à questão que se levantou sobre cultura política, a falta de transparência ou milagres dos milhões, nós estamos a cumprir o Programa do Governo. Estaremos aqui para apresentar contas dos “milagres” que os senhores querem encontrar ainda antes de termos aprovado e iniciado a execução.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Não respondeu a nada!

Deputado Francisco César (PS): Não respondeu a rigorosamente nada!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Em relação ao Sr. Deputado António Vasco, só lhe quero dizer uma questão simples, e o Sr. Deputado sabe isso: o Sr. Deputado não pode comparar a autorização de limite de endividamento inscrito no Orçamento da

Região com o montante total do endividamento, que é apurado pelo Instituto Nacional de Estatística, que é o que o senhor fez, porque esse montante, necessariamente, ao incorporar, por exemplo, aval a empresas que não estão dentro do perímetro, é nesses casos superior ao valor inscrito no Orçamento, como foi em 2020 com a justificação dos 131 milhões do aval da SATA e como será em 2021 quando houver o apuramento final da dívida pública, porque há esta dívida pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A pergunta é quem é que paga!

O Orador: Todos os avales líquidos que sejam concedidos à SATA este ano e que estão previstos no Orçamento num montante, segundo referido na Comissão, de cerca de 120 milhões de euros irá acrescentar ao montante da dívida, logo irá ultrapassar o montante da dívida inscrita no Orçamento da Região. E isso não tem mal nenhum, como não teve no passado, apenas não pode é permitir a análise que o Sr. Deputado António Vasco fez, dizendo que ultrapassa o Orçamento, porque são coisas completamente diferentes. Foi assim em 2020 e será assim na execução de 2021.

Segunda questão, que eu quero dizer ao Sr. Secretário Regional da Finanças, muito rapidamente: eu tenho muito orgulho, muita confiança na equipa com que trabalhei e que o Sr. Secretário continua a trabalhar. É uma equipa que valoriza os Açores, que os Açores devem confiar e que os Açores devem continuar a confiar. Mas não atribuo a essa equipa o erro na elaboração do cenário macroeconómico, porque foi feito por outras pessoas, não por essa equipa, como o senhor sabe.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As coisas que o senhor sabe! E continua a saber, não é?

O Orador: E só uma terceira questão, para concluir: todos os dias recebo lições, todos os dias aprendo. E um princípio básico de humildade é nós estarmos disponíveis para aprender com todos. Acho que quando nós estamos disponíveis para aprender com todos, independentemente de quem seja, independentemente da sua valorização, podemos ser melhores e podemos prestar um melhor serviço aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, o que disse o Sr. Deputado Sérgio Ávila, sabe que não é verdade. O que aconteceu em 2018 e em 2020 com o aval prestado à SATA, esses, sim, são dados que alteraram, mas isso aconteceu em anos em que não havia avales, que não foram chamados ao cálculo do défice. E o senhor, quando aprovava 60 milhões de endividamento, sabia que o dinheiro não chegava e acabava por contar para a dívida, porque depois as instituições que estavam no perímetro recorriam a financiamentos fora daquilo que estava aprovado no Orçamento. Portanto, era uma forma de encobrir aquilo que eram as necessidades de financiamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Aquilo que falou são duas situações de exceção: 2018, com 65 milhões de euros da SATA e, em 2020, o aval de 133 milhões de euros.

Ainda assim, retirando, no caso de 2018, os 65 milhões de euros do aval da SATA, o aumento da dívida foi superior ao que foi aprovado na Assembleia em 40 ou 50

milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Portanto, têm razão e arranjam uma boa desculpa? Não é desculpa e não explica aquilo que foi a prática durante muitos anos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, houve um conjunto de questões que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe fez e que o senhor não respondeu. Para nós, a resposta a estas questões é importante. Pedia-lhe que, mesmo que de forma sintética, desse resposta às questões que lhe foram colocadas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos... Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, eu peço-lhe, porque as respostas às questões que lhe foram colocadas são importantes para o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Especificamente, já agora, o que é que faltou?

O Orador: Eu compreendo que a gestão do tempo é o que é, mas peço-lhe que, mesmo que de forma sintética, dê resposta a essas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à questão do apoio à SATA, o apoio à SATA far-se-á de acordo com um plano de reestruturação que está, neste momento, a ser discutido em Bruxelas. Por sinal, ainda não se realizou a primeira reunião, exatamente porque vamos concluir agora a terceira devolução das ajudas ilegais.

Portanto, a questão que se porá é: na sequência dessa aprovação, os montantes de capital poderão ser divididos entre este ano e o próximo ano para cumprir os desígnios do plano, que ainda é desconhecido. Portanto, a verba que existe está bem calculada, é previsional, sobre uma matéria desconhecida.

Deputado Francisco César (PS): Qual é?

O Orador: São os 160 milhões de euros. É ler, está lá bem explicado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está lá!

Deputado Carlos Silva (PS): Não está, não! Não está bem explicado!

O Orador: Está! E eu já respondi à Comissão. A resposta está feita à pergunta...

Deputado Carlos Silva (PS): A resposta não decompõe o valor! E está no relatório!

O Orador: Relativamente a outras matérias, que eu me aperceba, eu respondi de acordo...

Deputado Carlos Silva (PS): O IRC, o IVA...

O Orador: Eu já respondi!

Deputado Carlos Silva (PS): Não respondeu, não!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Sandra Faria, faça favor.

(*) Deputada Sandra Faria (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, não respondeu a nenhuma das questões que coloquei. Peço resposta, por favor.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos avançar para a próxima... Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo, mais uma vez, as questões de tempo, mas nós não estamos propriamente a falar de uma discussão política genérica, em que bastará a questão de alguns princípios elaborados para dar o assunto por arrumado. Houve questões concretas que foram colocadas. A resposta a essas perguntas ainda não foi dada. E eu peço, porque para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista isso é importante. Há aqui aspetos que são essenciais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é, não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é importante!

O Orador: Não é?! Eu peço imensa desculpa, mas não é o senhor que avalia aquilo que é importante, ou não, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista! E, portanto, peço resposta às questões que foram colocadas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Apenas para clarificar que esta estratégia do Partido Socialista a usar no debate do Plano e Orçamento, em que o Governo tem todos os Srs. Secretários e tempo para a sua intervenção, devia ter usado...

Deputado Francisco César (PS): Então para que é que serve?

O Orador: É para esclarecer que, em Comissão, todas as perguntas colocadas pelo Partido Socialista, inclusivamente por escrito, foram respondidas pelo Sr. Secretário.

Deputada Ana Luís (PS): Isto é inédito!

O Orador: Estamos no debate do Plano e Orçamento, não estamos no âmbito de uma Comissão Parlamentar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu agradeço muito a sua resposta por aquilo que ela diz, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma clarificação!

O Orador: ... mas, sobretudo, por aquilo que ela revela. E o que ela revela é que, em termos de transparência e de humildade, estamos conversados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É com indignação que estou a assistir a esta insistência por parte do ex-Presidente do Governo Regional em relação a perguntas que já foram respondidas. Quando o senhor presidia ao Governo Regional, eram-lhe colocadas inúmeras perguntas, e os senhores, pura e simplesmente, não respondiam! Eu próprio coloquei várias vezes, pedi para me responderem a muitíssimas questões, e os senhores, pura e simplesmente, não se davam ao trabalho sequer de se levantar daquela cadeira para responder!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: E agora estão aqui a dar lições de moral?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a sua indignação fingida não acrescenta nada a este debate. Sabe porquê? Porque aquilo que está em discussão não é o Governo que já passou, mas o Governo que está. E é esse Governo que deve responder e não está a responder.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não é indignação fingida. São 12 anos de indignação, quando V. Exa. integrou o Governo do Partido Socialista e desprezava as perguntas que eram feitas pelos deputados da oposição! E eu tenho memória! E os açorianos têm memória!

As perguntas foram respondidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não foram!

O Orador: E, portanto, o que V. Exas. estão a fazer é, pura e simplesmente, um truquezinho para destabilizar o debate e para parecer que o Governo, afinal, não responde às questões que os senhores querem colocar, quando os senhores tiveram essa comportamento que agora querem denunciar. Mas esse comportamento foi realizado por V. Exa. e pelos Secretários, alguns deles que já tiveram oportunidade aqui de falar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu percebo que para o senhor e para um conjunto de deputados de outras bancadas que já tiveram intervenções neste debate o ideal era que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estivesse sentadinho, quietinho e caladinho neste debate. Eu peço imensa desculpa, mas não é isto que vai acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelo contrário!

O Orador: Os senhores não são obrigados a responder, seja porque não querem responder ou porque não têm tempo para responder.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Ou não sabem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Lá vem a lição!

O Orador: Ou também porque não sabem, é verdade. Mas o que não podem é impedir o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de colocar as questões que entende que são relevantes esclarecer esta Casa e os açorianos que nos acompanham.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor quer enriçar?

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não quero, mas eu posso-lhe mostrar como é que se faz isso! Quer ver?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à próxima área governativa. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste que é o primeiro órgão da Autonomia – a Assembleia Legislativa Regional – juntamo-nos hoje para debater os documentos norteadores da Região para o ano de 2021.

Todos juntos, devemos assumir a nossa responsabilidade comum em benefício dos Açores, colocando as pessoas no centro da ação política.

Nos tempos de incerteza que vivemos, o Plano e Orçamento da Região ganha maior relevância, porque clarifica o caminho que temos de prosseguir para ultrapassar os obstáculos com que nos defrontamos.

Temos o dever de encontrar na crise severa que vivemos uma oportunidade para reformar, para mudar paradigmas e para estabelecer compromissos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Com um investimento na ordem dos 61 milhões de euros, a Vice-Presidência do Governo assume uma postura atuante e dialogante, apresentando medidas de conjuntura para os tempos que vivemos e medidas reformistas para transformar o rumo da nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados:

A difícil situação social que hoje enfrentamos resulta de uma crise sanitária à escala mundial.

Os Estados tiveram de se reinventar, criando respostas sanitárias, sociais e económicas para as dificuldades que as suas populações vivenciaram. Não fomos exceção.

Aos açorianos só temos a agradecer pela responsabilidade na defesa da saúde pública e da vida humana.

Mas é preciso continuar este esforço coletivo para nos aproximarmos, cada vez mais, da ansiada normalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No combate às consequências sociais da Covid-19, mobilizaremos os recursos que tivermos de mobilizar para que as famílias e as instituições sociais tenham as respostas pelas quais anseiam.

A garantia que vos posso deixar é que este é um Orçamento que se compromete a apoiar as famílias na proteção dos seus rendimentos, assim como consagra apoios financeiros às IPSS e às Misericórdias para colmatar as despesas relacionadas com a Covid-19.

Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano e Orçamento olha para o presente, mas não esquece o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Olhamos para o presente para reagir perante as adversidades com que a nossa sociedade se debate.

Olhamos para o futuro para esboçar uma nova ideia de sociedade e um novo paradigma de políticas públicas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em matéria social, não podemos negar que existem questões estruturais que precisam de ser seriamente encaradas, como é o caso da pobreza. Em 2021, imprimiremos uma nova dinâmica no combate à pobreza, estando prevista a avaliação e o ajuste da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente impedir que os pobres se tornem mais pobres e é essencial corresponder àqueles que, apesar de trabalharem, se encontram numa situação de especial fragilidade.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Como não podia deixar de ser, a nossa estratégia assentará em políticas integradas de Educação, Solidariedade Social e Qualificação Profissional.

Já em 2021, iremos implementar novas medidas de combate à pobreza, das quais se destacam:

Pugnar pela igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, de forma a que possam permanecer no ensino superior, qualificar-se e regressar à Região;

Facilitar o acesso a habitação a famílias da classe média. Implementar esse esforço de as famílias da classe média terem direito a habitação;

Reforçar a formação contínua destinada às famílias apoiadas pelo RSI, com o objetivo de as pessoas garantirem a sua autonomia e integrarem o mercado de trabalho, sem ficarem dependentes, a médio e longo prazo, da situação da subsidi dependência;

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E também isentar o valor das mensalidades em creche até ao 10.º escalão, garantindo creches gratuitas até ao final da legislatura.

As creches gratuitas garantem maior eficácia na luta contra a pobreza e asseguram que as nossas crianças possam trilhar percursos de sucesso escolar.

Atuando desde cedo, em idade de creche, estamos mais perto de garantir que não se perdem mais gerações para o ciclo vicioso de exclusão social e das desigualdades.

Mas esta é também uma medida de apoio direto às famílias, à natalidade e à sustentabilidade demográfica das nossas ilhas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Falar nos Açores do futuro implica falar sobre os cuidados e a proteção que devemos à atual e à próxima geração de idosos.

Os novos idosos, mais letrados, mais viajados e mais conectados com o mundo digital, exigem um olhar diferente por parte do Governo e do poder nos Açores. É esse olhar que vamos imprimir, é essa inovação que vamos fazer e que trazemos à sociedade açoriana.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É hoje, Sras. e Srs. Deputados. É hoje que se começa a preparar o amanhã. Hoje, começamos a preparar o futuro dos nossos idosos.

É por isso que o Governo irá desenvolver uma resposta inovadora que pretende ser uma alternativa à institucionalização dos idosos. Uma resposta que garante que o idoso possa permanecer na sua casa, junto da sua família, beneficiando de uma rede de apoio domiciliário que acautele as suas necessidades básicas.

Este ano, vamos criar um projeto piloto, começar por aí, que contará com um investimento na ordem dos 700 mil euros.

Não tenhamos hesitações sobre os méritos desta iniciativa, que irá recuperar o valor da família, restaurar a identidade das comunidades locais, fixar pessoas nas freguesias e promover a humanidade dos cuidados aos nossos idosos. Pode parecer coisa pouca, mas para eles é coisa muita.

É importante enfatizar que contamos com a participação e colaboração ativa das instituições sociais, que terão connosco um papel estratégico essencial para a concretização desta política que é reformista e personalista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falar nos Açores do futuro implica também falar sobre as pessoas com necessidades especiais.

O Governo entende que é preciso trilhar um caminho de integração e de inclusão social, em nome de uma sociedade mais justa e mais sustentável, que olhe por todos.

Uma sociedade para todos e para cada um, aprofundando e melhorando as respostas sociais, é um desígnio deste Executivo.

Apostaremos significativamente na melhoria da rede de infraestruturas destinada a este público-alvo, através da criação, ampliação e remodelação destes espaços.

Quero anunciar hoje aqui que criaremos um programa conjunto entre a Vice-

Presidência do Governo e as Secretarias Regionais da Educação, Emprego e Qualificação Profissional e a Saúde, intitulado LCI (Localizar, Caracterizar e Incluir), para melhor definir e concretizar as políticas públicas que estes cidadãos mais vulneráveis precisam. Inovamos também aqui.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Queremos saber onde estão, queremos saber como estão e também queremos saber do que precisam para uma melhor inclusão. Conhecendo a realidade vivida por estes cidadãos, teremos uma intervenção pública mais eficiente, em nome da melhoria da sua qualidade de vida e do apoio às suas famílias.

Sras. e Srs. Deputados:

Por outro lado, no que diz respeito às políticas de habitação na Região Autónoma dos Açores, estas não podem ser o fim de linha das respostas que a sociedade açoriana dá àqueles que mais precisam. Devem, pelo contrário, ser o princípio de um caminho a percorrer.

O Governo Regional, através do Plano e Orçamento para 2021, tem como principais objetivos promover novas políticas de reabilitação urbana, como resposta à procura verificada junto dos centros urbanos e ao despovoamento populacional nos meios rurais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Continuaremos a disponibilizar aos açorianos os programas existentes ao nível da habitação social, para responder àqueles que se encontram numa

situação de maior risco e vulnerabilidade. Mas a função social da habitação deve ser também dirigida àqueles que trabalham e que querem iniciar o seu projeto de vida na sua ilha. Criaremos, por isso, novas respostas destinadas à classe média e aos mais jovens, apostando fortemente no arrendamento com opção de compra, que é justo e merecido para os casais jovens.

É imprescindível, ainda, garantir, a título permanente, uma reserva habitacional nas nove ilhas dos Açores que permita, a qualquer momento, resolver alguma carência habitacional que derive de algum incêndio, cataclismo ou situação de urgência ou até mesmo de violência doméstica.

No poder local, Sras. e Srs. Deputados, este Governo também inova. Para o horizonte temporal da legislatura, pretende instituir um novo tipo de relacionamento com as autarquias. Prova disso foi a criação da Direção Regional de Cooperação com o Poder Local.

Os autarcas, muitas vezes expostos à pressão de terem de corresponder aos cidadãos e sujeitos à exigência da comunidade local, desempenham um papel de proximidade que é essencial numa democracia participativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2021, incidiremos a nossa atenção na formação dos autarcas de freguesia, conjugando com a prestação do necessário apoio técnico para melhor cumprirem as suas funções.

Faremos igualmente justiça às legítimas reivindicações dos municípios e devolveremos, que lhes são devidas, as receitas do IRS de 2009 e 2010, assim como começaremos a transferir as receitas do IVA para os municípios da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Isto é que é o respeito pelo poder local, é devolver o que lhe é de direito.

Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito das comunidades, emigração e imigração, o Plano proposto pela Vice-Presidência lança as bases para a concretização progressiva dos compromissos assumidos no Programa de Governo.

Temos uma nova visão para as comunidades açorianas.

Não podemos esquecer que o processo migratório tem motivação social e suporte cultural, mas temos de saber potenciar também a sua perspetiva económica, facilitando as oportunidades de investimento dos emigrantes na nossa terra comum.

Além disso, e cumprindo já o compromisso assumido no próprio Programa de Governo, destaco aqui um apoio reforçado a todas as 16 Casas dos Açores, que saúdo, que nos representam e nos dignificam em todo o mundo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso enfatizar ainda que recuperamos o processo constitutivo, do anterior Governo, do Conselho da Diáspora Açoriana, que ficará finalmente instalado no próximo dia 10 de junho.

Sras. e Srs. Deputados:

Embora este Plano e Orçamento seja para um período curto de tempo e apesar de estar, na sua maioria, comprometido pelo anterior Governo, nós não faltaremos, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, aos compromissos previamente

assumidos por V. Exas. quando estavam no Governo.

Cumpriremos o que tivermos de cumprir porque não defraudamos as expectativas dos açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas não esqueçamos a verdade dos factos. O Plano e Orçamento para 2021 já tem o cunho inovador do XIII Governo dos Açores.

Como ficou demonstrado, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, inovamos nas políticas destinadas aos idosos, apresentando o projeto “Novos Idosos”, que tem uma base humanista e comunitária.

Inovamos nas políticas destinadas às crianças e às famílias, estabelecendo creches gratuitas até ao 10.º escalão.

Inovamos nas políticas dirigidas aos cidadãos portadores de deficiência, criando um programa interdepartamental que visa conhecer melhor as suas necessidades e estabelecer medidas que garantam uma verdadeira inclusão social.

Inovamos nas políticas de habitação, respondendo à classe média e aos mais jovens, através do aumento da oferta de arrendamento com opção de compra.

Sras. e Srs. Deputados:

Os açorianos sabem que podem contar connosco.

Estamos a preparar o presente e o futuro da nossa Região.

É esse o nosso compromisso.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 18h20.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 20 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pela Deputada Elisa Sousa)

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Tenho várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, tendo em conta as boas políticas de investimento na área social realizadas nos últimos anos pelos anteriores Governos e falando concretamente nestes mesmos investimentos feitos na ilha do Corvo, tenho aqui algumas questões para lhe colocar:

Tendo em conta, Sr. Vice-Presidente, o investimento feito nos últimos anos pelo

anterior Governo do Partido Socialista, superiores a 1 milhão de euros, para amplificação e requalificação dos edifícios da Santa Casa da Misericórdia e da Creche e Jardim de Infância do Corvo, quero solicitar ao Sr. Vice-Presidente do Governo informações sobre o ponto de situação de outro projeto necessário para a conclusão deste processo, que tem como objetivo a climatização destes mesmos edifícios e que é essencial para garantir um maior conforto e bem-estar dos seus utentes. Este projeto estava já previsto no final do último ano e eu queria perguntar ao Sr. Vice-Presidente do Governo qual é o ponto de situação do mesmo, bem como do projeto da criação de um ATL, se este vai ser mesmo criado e quando.

Segunda questão: pretende continuar com o protocolo que vinha sendo feito entre o Governo Regional do Partido Socialista e a Câmara Municipal do Corvo nos últimos anos, no âmbito da recuperação da habitação degradada na Vila do Corvo? Se sim, como e quando será realizada a renovação deste mesmo protocolo e quais serão as verbas afetas ao mesmo?

Uma terceira questão, que tem a ver com a ilha do Pico, na Rua da Ladeira: em resultado da avaliação efetuada pelo LREC, o Governo da responsabilidade do Partido Socialista avançou com o realojamento de seis famílias que habitavam de forma permanente a primeira linha de habitações localizadas nessa zona da derrocada. Passados cinco meses desta governação, os proprietários das casas não foram informados sobre quais são os propósitos deste Governo sobre estas situações, nomeadamente no caso das habitações de segunda linha com acesso condicionado. Assim sendo, Sr. Vice-Presidente, solicitamos informações sobre o andamento deste processo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente:

Em 2014, foi implementado pelo Governo Socialista o programa “Meus Açores, Meus Amores”, que possibilitou a mais de 5 mil idosos viajar nos Açores por valores simbólicos entre 25 e 75 euros, incluindo o alojamento, viagens, transferes e animação. Estas pessoas referem, no seu dia a dia, o quanto gostaram destas viagens e não esquecem os momentos partilhados com todos os seus amigos e o conhecimento que obtiveram através do contacto com outros residentes noutras ilhas.

Este programa não só contribuiu para a promoção do envelhecimento ativo e da melhoria da sua qualidade de vida, como dinamizou a economia Regional nas épocas baixa e média da nossa atividade turística.

Não há a referência a este programa nem ao programa “Açores para Todos” no tópico da Solidariedade Social, nem se refere na dotação específica para a implementação de ambos estes dois programas. Gostaria de saber, Sr. Vice-Presidente, que intenção tem o Governo dos Açores em relação a estes dois programas.

Outra pergunta: o Governo da responsabilidade do Partido Socialista definiu como prioridade e avançou com a criação de vagas em estruturas residenciais para idosos na ilha de São Miguel, com destaque para as intervenções realizadas no lar de idosos da Povoação, de Rabo de Peixe, do Pico da Pedra e, mais recentemente, do Lar Luís Soares de Sousa, nos Arrifes e na Levada.

Mesmo assim, há grande necessidade de continuar a criar vagas para o acolhimento de idosos na ilha de São Miguel, como todos nós sabemos, mas não está refletido neste Plano. Sr. Vice-Presidente, o que pensa e o que nos pode adiantar quanto a estas vagas que tem previstas, ainda para 2021, nesta ilha de São Miguel, quanto a estas estruturas residenciais? E para quando é que prevê avançar com a segunda fase do centro intergeracional de Ponta Garça e de Vila Franca do Campo?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rui Martins, estamos no âmbito de pedidos de esclarecimento. Foi para isso que se inscreveu?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não.

Presidente: É para uma intervenção de tribuna.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu peço imensa desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: Se não se importa, aguarda um bocadinho, está bem?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Claro.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Peço desculpa.

Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) Deputada Ana Luís (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O regime jurídico do cuidador informal foi criado pelo Governo do Partido Socialista para potenciar a permanência dos idosos e dependentes na sua residência, acrescentando aos serviços de apoio domiciliários, aos centros de noite e aos centros de dia.

É entendimento do Partido Socialista que o projeto “Novos Idosos”, apesar de apresentado como inovador e pioneiro, é mais redutor, já que se resume ao apoio financeiro, esquecendo uma parte muito substancial dos direitos e apoios que o regime atualmente em vigor prevê para os cuidadores. Pergunto se, na prática, o que está verdadeiramente aqui em causa não é o apoio ao cuidador informal, independentemente do nome que queiramos dar ao projeto.

Ainda, em relação a uma ação referenciada no Plano sobre a adaptação de um edifício para CAO e Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia da Horta, perguntava diretamente: que edifício é este? Se a Santa Casa da Misericórdia da Horta foi informada desta intenção. Se se prevê a mudança das instalações ainda este ano. E se o Sr. Vice-Presidente pode confirmar se o edifício em causa será de

uso exclusivo da Santa Casa.

Para terminar, passava agora para uma pergunta relativamente às comunidades emigração e imigração. Apesar do anúncio que o Sr. Vice-Presidente fez ali da tribuna relativamente à instalação do Conselho da Diáspora, simbolicamente, no próximo dia 10 de junho, não deixamos de estranhar a ausência de referências a este conselho, não só nestes documentos que hoje estamos aqui a debater, mas no próprio Programa do Governo, situação que se repete nas Orientações de Médio Prazo e no Plano. E, portanto, a pergunta é: quais são os objetivos para o Conselho da Diáspora? E quantas reuniões se pretende fazer ainda este ano?

Muito obrigada.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra para pedidos de esclarecimento a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar passar esta oportunidade para enaltecer a importância que este Governo dá também ao poder local neste Orçamento.

Na apresentação do Programa do Governo, comecei por dizer que aquele era um bom Programa do Governo para os autarcas dos Açores. E o Governo Regional não defraudou as expectativas dos autarcas dos Açores, tornando este um bom Orçamento para as autarquias dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Falo, nomeadamente:

Na plataforma de apoio técnico, com resposta em tempo útil para as freguesias. Neste caso, nem está em causa a resposta em tempo útil, porque uma plataforma de apoio às freguesias era simplesmente uma coisa que não existia antes;

A formação dos nossos autarcas;

A cooperação com as freguesias, tanto no que diz respeito a trabalhadores, projetos e reabilitações;

Cumprir (uma das coisas mais importantes neste caso) um regulamento estável, com critérios claros, objetivos e equitativos na distribuição de fundos para as autarquias, para que não mais aconteça o que está explícito na página 46 do relatório do Tribunal de Contas de 2017, que diz: “Seguindo o referido critério, dos 19 municípios, 14 receberam menos do que lhes caberia numa repartição equitativa de recursos disponíveis, havendo mesmo o caso de quatro municípios nos Açores que não receberam qualquer verba do Governo Regional”. Daqui em frente, que isto não aconteça mais;

E não menos importante, senão o mais importante, no que diz respeito às autarquias nos Açores, finalmente, neste Orçamento, temos um Governo que tem a coragem e a justiça de devolver o IRS de 2009 e de 2010, tendo feito um acordo com a Associação de Municípios, que não foi feito antes por pura teimosia, porque a Associação de Municípios sempre reivindicou a devolução dos impostos que os Governos do Partido Socialista lhes deviam de 2009 e de 2010, coisa que nunca fizeram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a agenda dos Governos do Partido Socialista fazia-se, como se pode ver, de teimosia, de gestão de expectativas em gestão de expectativas. E isto em bom português tem um nome, era um Governo muito mau pagador.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os principais ativos do património do Partido Socialista assentam em parte na importância de que a sociedade precisa de mudar para ser melhorada. E é por isso que as pessoas deste quadrante político falam sempre em progresso e evolução. A promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens é uma obrigação de todos: família, comunidade e instituições.

As diversas ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos em matéria de infância e juventude foram basilares. O Governo do Partido Socialista criou e apoiou 280 novas vagas, em 2019, em creches e, no período de 2012 a 2019, a capacidade instalada aumentou em quase mil vagas, correspondente a mais de 41%. Importa referir que muitas dessas vagas foram ocupadas com crianças de contextos familiares mais vulneráveis.

Sendo uma das apostas deste Governo as creches serem gratuitas, até ao final do mandato, qual o número de vagas a criar durante o ano de 2021 e nos anos subsequentes, mais precisamente até ao final deste mandato?

Sr. Vice-Presidente, é intenção deste Governo construir, ou não, uma residência de autonomização no CAO da Calheta? Esta é uma necessidade identificada pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta e apoiada pelo Partido Socialista.

Muito se tem falado nos serviços da Segurança Social, de inspeção. Neste momento, estão abertas três vagas para inspetores: dois para São Miguel e um para a Terceira. Prevê este Governo criar mais vagas?

Sr. Vice-Presidente, ser criança é ter liberdade para viver a infância com qualidade. Ser criança é ter direito a moradia adequada, a alimentação saudável e a uma boa educação. Ser criança é poder ser amada, protegida e feliz.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente falou, e falou bem, sobre os idosos. É sempre com agrado que vejo a direita a defender, e bem, como sempre foi, este património que é a parte social da nossa sociedade. E a importância que ela tem é porque, muitas vezes, os problemas também são grandes. E são grandes porque nós vivemos numa região pobre.

Os nossos idosos têm sido, digamos (não queria usar um termo tão forte, mas...), abandonados. E nós temos que olhar para aqueles que tudo deram a nós, que tudo nos ensinaram, que tudo nos fizeram para que nós estivéssemos aqui, nós que já vamos na meia-idade, como é o meu caso, os mais novos. Nós não podemos continuar a esquecer os nossos idosos.

Neste sentido, falou, e já nas audições tínhamos visto isso, do poder cuidar dos idosos na sua casa e com as benesses que isso tem. Também questionava sobre isso: quantos vamos abranger? Em que condições podemos abranger?

Outra questão é o elefante sempre no meio da sala: RSI. É sempre um elefante no meio da sala.

Deputado Francisco César (PS): Elefante?! Onde? Só se for na sua!

O Orador: É na vossa, porque foi quem criou! E depois a manipulação que vai havendo disto. Hoje, ouvi algo diferente. Hoje, ouvi que nós podemos ter aqui até

algo de positivo, que é dar formação a estas pessoas, fazê-las crescer. E eu saliento estas palavras, porque usar os pobres como arma de arremesso não é este o caminho. Nós temos que tirar as pessoas da pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Nós não podemos alimentar a pobreza dentro das pessoas. E dar formação é dar riqueza, é tirá-las, é dar-lhes oportunidade de vida, é dar-lhes caminho, é dar-lhes pelos seus próprios meios as condições necessárias a que estas pessoas saiam deste grande problema que é o RSI. Aí, sim, o RSI há de servir para aqueles que realmente precisarem. E, aí, Sr. Vice-Presidente, também é muito importante a fiscalização. Perceber que aqueles que recebem, recebem de forma justa. Que aqueles que recebem, recebem porque merecem receber. O tal elefante no meio da sala são aquelas pessoas que nos vêm contar daqueles que recebem mas não deviam.

Agora, precisamos apostar nessa fiscalização, precisamos de apostar nas pessoas, porque quando nós apostamos nas pessoas, não somos nós que ganhamos, é toda a sociedade que ganha, são eles que ganham, somos nós que ganhamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado.

O Orador: E a nossa tarefa aqui é proteger os mais idosos e, como dizia a Sra. Deputada há pouco, as nossas crianças. E, no meio disso tudo, que nunca haja pobreza.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Três perguntas muito rápidas para o Sr. Vice-Presidente. Uma tem a ver com um projeto que resultou de um orçamento participativo e que está a decorrer, ainda,

atualmente, na ilha Graciosa, que tem a denominação “Quinta da Luz”. Ora, é um projeto que visa a integração e formação de pessoas com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. Queria perguntar a V. Exa. se este projeto será para continuar.

Também, relativamente às autarquias, e como autarca de freguesia que sou, também queria lembrar que, nos Governos anteriores também, a DROAP prestou um excelente serviço no apoio técnico às autarquias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: E, portanto, fico feliz por existir essa plataforma. É um excelente apoio, sim, senhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: A algumas!

O Orador: Eu sou autarca, eu posso comprovar...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah, claro!

O Orador: ... e todos os autarcas que estão aqui também o podem. E o seu autarca Jaime também de certeza que o poderá comprovar.

No entanto, para além do que está inscrito no Orçamento, Sr. Vice-Presidente, de ações e de dotações semelhantes às dos Governos anteriores, o que pretende mais implementar para o poder local, uma vez que estamos a atravessar uma situação difícil, que todos atravessamos, em que, muitas vezes, temos que acudir a situações sociais de carência social?

Finalmente, alguns factos que também são importantes referir aqui, que é o relacionamento institucional entre as autarquias e o Governo. Ainda recentemente, tive conhecimento de camaradas autarcas que trabalham em organismos da Região e estão a ser pressionados nos respetivos serviços a não se recandidatarem pelo Partido Socialista. Estamos já a sofrer represálias laborais.

(Risos da bancada do PSD)

Um outro órgão executivo de uma freguesia solicitou à Secretaria Regional de Obras Públicas a cópia de um projeto de uma obra que se iria realizar na sua freguesia, onde a Chefe de Gabinete da Sra. Secretária foi perentória em indeferir o pedido, ...

Deputado José Ávila (PS): Transparência!

O Orador: ... alegando que o Presidente da Junta tinha conhecimento do projeto. Ora, é preciso considerar que uma Junta de Freguesia é composta por um órgão executivo e o relacionamento entre as Secretarias e as Juntas de Freguesia é feito de forma institucional. É bom considerar que estes autarcas também foram eleitos e representam as suas populações. O senhor concorda com estas atitudes de negar dar conhecimento do projeto a realizar na freguesia ao executivo?

Para o Partido Socialista, o bom relacionamento institucional é fundamental.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, em primeiro lugar, quero transmitir-lhe o apreço pelo facto de, durante anos e anos, V. Exa. ter defendido, daquele lado, ali daquele lugar, as políticas que agora está a implementar. Essa coerência é muito importante.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem diferente da sua!

O Orador: Eu não sei porque é que V. Exas. estão... É o microfone? Não sei. Eu não tenho muito tempo. Não me façam perder tempo.

Sr. Vice-Presidente, por isso, essa coerência é uma coerência importante, que o Partido Socialista e os apertes do Partido Socialista estão a assinalar e que só

fortalece a intervenção que eu estou a realizar, porque isso é verdade e deve ser reconhecido.

E digo-lhe mais, também o espírito inovador que tem nestas políticas sociais, a preocupação social que tem no sentido de fazer diferente e fazer melhor, de forma mais humanista e tornado as pessoas menos dependentes daquelas que têm sido as políticas que até agora têm vindo a ser realizadas pelo Partido Socialista. V. Exa. aposta nas famílias, e eu concordo em absoluto.

Não tenho muito mais tempo, poderia falar também naquilo que está a fazer em relação ao poder local, centralizando, fundamentalmente, tendo agora mecanismos de diálogo efetivos com o poder local, que é fundamental, que foi algo que o Partido Socialista também não fez.

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E é isso que marca a diferença.

Quero fazer-lhe um final desta pequena intervenção, fazer-lhe uma pergunta sobre aquilo que está previsto para a ilha do Corvo do ponto de vista da reabilitação do parque habitacional e da renovação habitacional. São as perguntas específicas que lhe tinha para fazer. O que é que está previsto? Porque já sabemos, durante os mandatos do Partido Socialista, muito pouca coisa esteve prevista neste âmbito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais pedidos de esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente. Sr. Vice-Presidente, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Talvez precisava de uma hora para responder a estas perguntas todas, mas tentarei ser sintético.

Sobretudo, registar com muito agrado a ansiedade dos Srs. Deputados do Partido Socialista em terem uma resposta urgente àquilo que não fizeram durante anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma urgência, começo, com todo o respeito, Sr. Deputado Lubélio, sabe perfeitamente a obra de ATL, de remodelação da creche e da Santa Casa, que, aliás, foi uma proposta do CDS, como se lembra, que já acabou, financiada pelo PO 2020.

Sabe também que está lá pela primeira vez. Haja projetos para a habitação degradada no Corvo. Está aqui 155 mil euros para responder a essa necessidade. É preciso que se candidatem. É preciso que apareçam. É preciso que venham. Cá estamos, com todo o agrado, com todo o gosto, para responder a estas necessidades.

Sr. Deputado Lubélio Mendonça, a questão do Pico, antes de vir para cá, devia talvez ter consultado, que ainda está em funções na ilha do Pico. Talvez o soubesse esclarecer talvez ainda melhor do que eu, que ainda não tive tempo de ir ao Pico, em cinco meses que estou de funções, para apurar algumas situações. Mas garanto-lhe que vou apurar todas, uma por uma. E vamos resolver, sempre, as situações a favor das pessoas, respeitando o que vier de trás e o que está comprometido. Não tenha dúvidas sobre essa matéria, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Valdemira Gouveia, que saúdo, “Meus Açores, Meus Amores”, se não houve pandemia, era uma alegria...

(Risos das bancadas da coligação)

... passearmos todos. A sério, queremos, naturalmente, retomar. Aliás, está lá prevista uma verba de 20 mil euros. É pouco, eu bem sei, mas eu nem sei se vamos executá-la, eu não sei como vai evoluir a pandemia. Está a evoluir

favoravelmente. Os idosos, como sabe, são um público frágil. Felizmente, na Região Autónoma dos Açores, os que estão institucionalizados já estão todos vacinados. E, se não me falha a memória, aos 70 anos já estão todos vacinados.

Deputado António Lima (BE): Não estão, não!

O Orador: Estão quase todos vacinados.

Deputado António Lima (BE): Quase!

O Orador: 75, devem lá andar.

Deputado Carlos Silva (PS): Em São Miguel não!

O Orador: Sr. Deputado, se o seu Governo da República, que o senhor faz parte, ...

Deputado António Lima (BE): Mas qual Governo?

O Orador: Para lhe responder porque o senhor não me respondeu. As vacinas, nós já as tínhamos, portanto, tínhamos mais vacinas.

Sra. Deputada Valdemira, a intenção é fazer o melhor. E, portanto, conte connosco e eu conto consigo e com todos que de boa-fé queiram colaborar com este Governo na ajuda e na proteção aos nossos idosos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada Ana Luís, cuidador informal, a senhora sabe tão bem o projeto que me deixou, sabe bem a minha herança, sabe bem o que eu tenho que mudar, sabe bem que não funciona. E vamos, sim, senhora, um projeto é complementar do outro, uma coisa não é contra a outra, complementam-se.

Agora, o projeto do cuidador informal é para melhorar, é para alterar, porque o que está, pelo feedback que tem, é muita queixa. Isso é o que eu tenho até agora. Quanto ao CAO da Santa Casa da Horta, a Sra. Deputada também sabe, melhor do que eu, aliás, o ponto de situação. E sabe que é um projeto da Santa Casa da Horta e que temos que o fazer. Com certeza que o vamos fazer, tem uma verba prevista para o projeto.

Se vai ser exclusivo, se não vai ser exclusivo, olhe, ainda no outro dia estive reunido na APADIF. O que tentamos é dar a melhor resposta possível, sem haver aqui favorecimentos de ninguém. Equitativamente, que sirva a ilha do Faial e a deficiência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que nós vamos fazer, sem andar com rodriguinhos como se andou aqui no passado. E eu lembro-me bem dessa discussão, quando eu estava ali, dessa conversa.

Sra. Deputada Maria Isabel, que saúdo. Ó Sra. Deputada, Sra. Inspetora, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sra. Deputada! É essa a sua função!

O Orador: ... (já tem uma vaga para a sua substituição), devo-lhe dizer que o Governo herdou uma situação desastrosa a nível da inspeção da Segurança Social, como a senhora bem sabe. É um corpo inspetivo envelhecido. Vamos abrir agora cinco vagas, muito urgente, necessitados que estamos. É um corpo envelhecido e necessitamos mesmo de reforçar e aumentar a inspeção da Segurança Social. É absolutamente fundamental, como a Sra. Deputada bem sabe.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Ramos, ó Sr. Deputado, eu vou-lhe dizer, o senhor veio aqui fazer uma acusação, que eu repudio, grave. Eu não sei se era para mim a pergunta.

Deputado Francisco César (PS): A pergunta é se concorda.

O Orador: Ó Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Concorda ou não?

O Orador: Talvez o senhor saiba responder mais a essa pergunta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E se quer falar de perseguições, se quer falar de outras coisas, eu também sei falar

aqui, porque a minha memória não é curta.

Deputado Francisco César (PS): Então fale!

O Orador: Tenho boa memória, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Ramos, não tenho conhecimento. Sou absolutamente contra esse tipo de atitudes, seja de quem for, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS. Sou absolutamente contra!

Tem conhecimento, denuncie, envie e eu tratarei do assunto. Fique lá descansado que eu trato. Mas trato com justiça e com equidade e não com favorecimento, como às vezes se fazia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Quanto aos autarcas, Sr. Deputado, da minha parte, o Sr. Deputado, enquanto autarca, contará sempre com transparência, lisura e lealdade no relacionamento, sempre. Temos 600 mil euros para colaboração com as juntas de freguesia. Já temos 120 projetos que já entraram e que nós iremos dar execução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é para todos!

O Orador: Faremos a transferência do IRS e do IVA, coisa que, como o Sr. Deputado sabe, lhe falta nas suas receitas, mas até agora nunca ouvi o Sr. Deputado se queixar. Ouço-o pela primeira vez.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não tenho memória de o ouvir queixar-se.

Mas, Sr. Deputado, lisura, lealdade, frontalidade e equidade conta o senhor enquanto autarca e conta qualquer autarca da Região Autónoma dos Açores.

Sra. Deputada Ana Luís e estimada Presidente, que é sempre assim que a trato, o

Conselho da Diáspora, uma excelente iniciativa do Governo do Partido Socialista que queremos levar em frente e, como sabe, se reúne de dois em dois anos. Vamos agora instalar o Conselho da Diáspora. Como sabe, decorreu o processo eleitoral, tudo na sua normalidade. O Sr. Diretor das Comunidades tem conduzido esse processo com uma dedicação extremosa e, aqui, presto-lhe o reconhecimento. E, naturalmente, conto consigo quando for, no dia 10 de junho, para instalarmos este Conselho da Diáspora, porque muito benefício traz. Um excelente projeto. Tivemos já 500 pessoas que se inscreveram, eleitores que se inscreveram. Temos várias candidaturas. E vai ser disputado porque em alguns círculos temos quatro e cinco candidatos. Portanto, é um excelente projeto que queremos levar em frente. Como sabe, tenho muito carinho pelos nossos emigrantes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, em primeira instância e a propósito da questão colocada pela Sra. Deputada Valdemira, dos 20 mil euros e que o senhor menciona 20 mil euros para o projeto “Meus Açores, Meus Amores”, a ação que existe é uma ação destinada ao “Sénior Ativo”, que não é exatamente o mesmo projeto, é um projeto distinto. O “Sénior Ativo” tem a ver com as viagens inter-ilhas de barco e não é exatamente a mesma coisa que o “Meus Açores, Meus Amores”,

mas é com agrado que vemos a sua intenção de manter este programa, que é necessariamente importante para os idosos da nossa Região. Por isso, agradeço, de qualquer forma, o esforço da sua resposta.

Eu gostava de lhe colocar duas questões e que têm a ver com o Plano de Recuperação de Resiliência. O Plano de Recuperação de Resiliência disponibiliza à Região 95 milhões de euros para estimular uma reforma consequente, inclusiva e duradoura. Os objetivos destes fundos estão perfeitamente alinhados com dois instrumentos de planeamento desenhados e concebidos pelo anterior Governo, designadamente a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 e a Agenda para a Habitação 2021-2030. Por isso, gostava de lhe colocar aqui algumas questões relacionadas com este assunto. O Governo afirma que vai avaliar, rever e ajustar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, aliás, consta dos textos e o Sr. Vice-Presidente reafirmou essa intenção. Pode V. Exa. assegurar que o sentido a dar a essa revisão compromete os fundos disponibilizados? Ou melhor, o sentido a dar a essa revisão não compromete os fundos disponibilizados para o combate à pobreza? Já foram estabelecidos contactos com o Conselho Científico com vista à revisão desta estratégia? Quando prevê disponibilizar esse documento revisto para consulta pública?

Uma segunda questão: a possibilidade de antecipação, em 2021, de mais de 12 milhões de euros destes fundos devia traduzir-se num impulso extraordinário e na execução de investimentos estruturantes nas ações da solidariedade social e da habitação, assim esperamos que venha de facto a acontecer, mas este Plano ainda não o reflete. Na área da habitação, a receita de fundos fica-se pelos 3 milhões de euros, muito abaixo dos 7,8 milhões de euros possíveis relacionados com esta antecipação. Ou seja, o potencial de investimento em reabilitação do parque habitacional e na construção de habitação, conforme V. Exa. designou, destinada ao arrendamento com opção de compra, ficam, neste Plano, mais de 50% abaixo

do seu potencial, pondo em risco o cumprimento das metas que são condição para o recebimento destes fundos. Gostava que nos desse alguns esclarecimentos sobre essa matéria.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, gostava de lhe solicitar alguns esclarecimentos em relação a algumas incongruências verificadas no Plano, na área da Solidariedade Social e em relação à ilha do Pico em especial, com exemplos concretos em relação às três Misericórdias da ilha.

Em primeiro lugar, perceber a razão de não ter sido considerada como prioritária a obra de reabilitação do edifício da creche e ATL da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, uma obra urgente, sinalizada e reivindicada pela própria instituição como uma primeira prioridade ao nível das intervenções nas respostas sociais da ilha do Pico.

Por outro lado, o Plano refere uma ação de ampliação do centro de acolhimento temporário da Santa Casa da Misericórdia da Madalena. Ora, esta resposta social não está protocolada com esta instituição, nem sequer com qualquer outra da ilha. E, portanto, pergunto-lhe como se pretende ampliar aquilo que simplesmente não existe.

Em relação à Misericórdia de São Roque do Pico, o Plano refere a ampliação da sua estrutura residencial para idosos para criação de uma valência de centro de alojamento temporário. Ora, esta Misericórdia tem, efetivamente, necessidade de uma obra de ampliação, obras, aliás, que estão já projetadas, mas para dar resposta aos seus utentes, na medida em que se encontra sobrelotada. Pergunto-lhe,

portanto, se se pretende acabar com o lar de idosos da Misericórdia de São Roque do Pico para criar uma casa para sem-abrigo.

Se em relação à Misericórdia das Lajes há uma completa omissão das reivindicações e necessidades desta instituição, nos casos da Madalena e de São Roque do Pico há desconhecimento e surpresa até por parte das direções das Misericórdias em relação às ações previstas no Plano para as suas estruturas.

E, portanto, a dúvida impõe-se, Sr. Vice-Presidente. Falta de rigor, falta de contacto e proximidade com as instituições do setor, falta de conhecimento da realidade social da ilha do Pico.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência de um longo processo negocial junto do Governo Regional, no Plano Regional Anual para 2020, no capítulo referente ao apoio à infância e juventude, foi inscrita uma verba total no valor de 35 mil euros, dos quais 15 mil se destinariam ao projeto de requalificação da creche da instituição da Santa Casa da Misericórdia da Lajes do Pico. Esta verba de 15 mil euros seria destinada a fazer face a custos de projetos técnicos visando a reabilitação do atual edifício onde está instalado o infantário. Já foi elaborado um anteprojecto. Contudo, o Governo anterior não transferiu qualquer verba para esta instituição.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Oh!

O Orador: Realmente, acho que é preciso ter um bocadinho de lata para vir a esta

Casa falar desta forma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo, como pessoas de bem que são, já deu entrada hoje uma proposta de alteração para resolver o problema que vocês deixaram no esquecimento durante anos e anos a fio para esta instituição.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, queria saudar a Vice-Presidência na medida do que tem sido o seu papel e o que é o seu entendimento quanto à ação social, quanto à habitação.

É preciso salientar que neste Plano constam 60,5 milhões, em que temos 33 milhões para a área social, 20 milhões para a habitação.

Está previsto o desenvolvimento de projetos completamente inovadores, como manter os idosos em casa. Como disse o Sr. Vice-Presidente, e muito bem, não é um projeto que não irá integrar o que já existe quanto ao cuidador informal, mas sim dar outra amplitude e torná-lo mais abrangente.

Também queria referir o facto de existir verba para apoiar as famílias que perderam rendimento e garantir a proteção dos grupos sociais mais fragilizados.

Queria também reforçar o facto de existir verba para apoiar as instituições nas despesas que têm tido no combate à Covid-19.

E, portanto, há uma série de novos investimentos, de uma nova política na área

social e que é de salutar.

Depois, dizer que, relativamente à ilha de São Jorge, também, é com agrado que vemos investimentos que estão previstos para a nossa ilha, quer pela continuidade da ampliação da requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, bem como a construção do Centro Intergeracional de Santo Antão e a criação do centro de acolhimento, também temporário, para o Instituto de Santa Catarina. E, portanto, temos aqui duas novas ações que nos parecem que vão visar duas novas respostas sociais importantes na nossa ilha.

Mas também não posso deixar de dizer, naquilo que foi também a intervenção da Deputada Marta Matos, que muito me surpreende, porque acho que é a primeira vez que vejo que um deputado não quer investimentos para a sua ilha. Normalmente, é sempre ao contrário, estamos todos aqui a reivindicar investimentos para a nossa ilha.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é essa a questão!

A Oradora: E nesta situação é exatamente o inverso, ou seja, não querem investimentos para algumas das instituições da sua ilha. E, portanto, isto é uma situação até bastante caricata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois, relativamente ao Infantário Arco-íris, até porque também nos fizeram chegar as suas reivindicações, queria dizer, e a sua crítica da não inclusão da obra no Plano, quer aqui na Assembleia, quer também, como já tinha afirmado, numa visita à instituição, diz que obra é urgente para garantir as condições de segurança e conforto, que é necessário e que esta obra estava

sinalizada há muito e que era uma primeira prioridade das respostas sociais na ilha do Pico, mas é preciso dizer que o estado em que se encontra esta instituição não foi de agora nem de ontem nem de há quatro meses nem de há seis meses, é uma situação que se tem arrastado ao longo o tempo. E claro, como é natural, não podem esperar que este Governo em quatro meses ou cinco meses faça aquilo que não se conseguiu fazer em 20 anos ou em 10 anos ou em 5 anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Vê-se mesmo que não conhece!

A Oradora: E, portanto, eu percebo que a gente quer sempre mais, que a gente quer sempre melhor, é verdade, mas também é preciso dizer, porque uma coisa era se não tivesse investimentos para a ilha do Pico, se a ilha do Pico tivesse sido posta de parte, claro que era legítimo vir com essas reivindicações, agora, temos investimentos na área social e as respostas sociais para a ilha do Pico. E este investimento que a senhora reivindica, e bem, a verdade é que esta urgência não surgiu de agora.

E, claro, estou certa de que este novo Governo, também como disse o Deputado Carlos Freitas, nós, enquanto deputados que suportamos a coligação e reconhecendo esta emergência, iremos também, e estamos aqui no debate das propostas para o Plano e Orçamento, apresentar uma proposta no sentido de colmatar esta necessidade desta instituição, que não é recente.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Vice-Presidente, faça favor, para prestar esclarecimentos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, muito obrigado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, gostaria de lhe responder.

Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, quanto ao PRR, devia ser V. Exa. talvez a esclarecer aqui o Governo daquilo que fez e daquilo que propôs o seu Governo. Devia ser o seu Governo.

Quanto ao resto, Sra. Deputada, o que eu lhe vou dizer é que herdei de S. Exa. 70% do meu plano comprometido. Só tenho 30.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Credo, Sr. Vice-Presidente! Menos um bocadinho!

O Orador: Eu herdei... disseram-me assim: olhe, tenho aqui 30 euros para lhe dar, o senhor quer? E eu digo: sim, quero os 30 euros. Olhe, mas tem 70 de dívida. Portanto, foi o que eu herdei do seu plano, Sra. Deputada.

E sobre a habitação, Sra. Deputada, também me irá esclarecer e a esta Câmara o processo do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, em que ponto é que eu o herdei e quais são os constrangimentos que tem naquele bairro, de habitação, para entregar às famílias que tanto necessitam. E pergunto-lhe a si: porque é que eu não posso entregar o bairro amanhã? Porque é que eu não posso entregar as casas amanhã? A Sra. Deputada é que me vai explicar porquê, porque a senhora é que sabe o que é que fez, mais o Sr. Diretor Regional da Habitação, ok?

Portanto, Sra. Deputada, quanto a isso, é só na habitação e na segurança social. Vamos ficar por aqui. Eu presumo que lhe respondi na integra ao que lhe propus.

Deputada Andreia Costa (PS): Não respondeu, mas não tem problema.

A Oradora: O PRR, estou à espera de Lisboa, estamos à espera que venha a resposta para depois... Agora, temos ações candidatadas. As escolhas foi o seu Governo que as fez.

Sra. Deputada Marta Matos, incongruência é tudo aquilo que a senhora disse, Sra. Deputada. Eu peço desculpa de lhe dizer isto. Olhe, eu falei com a Sra. Provedora de São Roque, aqui, no Plenário passado.

Quanto às Santas Casas da Misericórdia da Madalena e das Lajes, foram ouvidas pela Sra. Diretora Regional da Segurança Social, por teleconferência.

O que é lamentável, falta de rigor, Sra. Deputada, eu diria até inaceitável (para não usar outro termo, para não a envergonhar) é o estado em que deixaram os idosos no lar da Madalena, como uma sobrelotação que não pode existir. E nós temos que resolver este problema e vamos resolver o problema. O senhor sabe a sobrelotação do lar de idosos, sabe?

Deputado Miguel Costa (PS): Sei sim, senhor. Sou presidente da assembleia geral.

O Orador: Há quanto tempo é que existe, Sr. Deputado?

Quanto à creche, Sra. Deputada, está lá prevista verba, em seis meses que temos! Porque a senhora em quatro anos que aqui esteve nunca a ouvi falar nisso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: É verdade! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada, se me permite a graça, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Por falar em graça...

O Orador: ... para citar uma ex-Deputada do Partido Socialista, da sua

intervenção, da falta de rigor, eu diria “shame on you”, citando Benilde, de saudosa memória, que aqui andou, Sra. Deputada. É preciso sermos não é incongruentes, é coerentes, que é coisa que a senhora não fez nem com o passado nem com o presente.

Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, sim, senhor, está previsto uma verba, esqueci-me de lhe responder, de 150 mil euros para o Corvo, quer com contrato ARAAL para reabilitação da habitação degradada, quer com projetos que possam aparecer, quer para jovens. Está lá previsto. Não me lembro de no ano passado ter verba... mas eu não ando aqui a fazer comparações.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas tinha!

O Orador: Estamos a fazer o melhor com a herança que tivemos.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Uma boa herança!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, com todo o respeito e consideração que tenho, naturalmente, por si e na esperança de que seja tão bem-sucedido quanto aquilo que eu entendo que fui, com toda a humildade, no exercício das minhas funções,

respeitando os Sr. Deputados sempre que me colocavam questões, esclarecendo da melhor forma possível, foi sempre esse o exercício que tentei fazer aqui. Umhas vezes com certeza que melhor consegui, outras vezes pior, é verdade. Sendo certo que tenho muito orgulho no trabalho que a equipa que comigo trabalhou no desenvolvimento, designadamente, da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que V. Exa. também acompanhou e que sustenta aquilo que é o recebimento de fundos que são estruturais para o desenvolvimento das políticas sociais nos Açores nos próximos anos.

Sr. Vice-Presidente do Governo, quanto ao PRR, o Projeto de Resolução, neste momento, está a ser... penso que foi ontem apresentado a nível nacional, mas V. Exa. sabe, e bem, que tiveram entre outubro e fevereiro para alterar aquilo que entendessem a propósito do PRR. E alteraram, designadamente, na área social. Algumas das questões foram, de facto, alteradas. Esteve ao vosso inteiro dispor proceder a essas alterações.

A minha questão não foi essa. Há uma antecipação de 13% do Projeto de Resolução, dos 90 milhões de euros, antecipação essa que disponibiliza recursos à Região já este ano, até 31 de dezembro, conforme o mecanismo dispõe. E a minha questão foi: essa disponibilização de recursos supostamente conduziria a um impulso no investimento nestas duas áreas. É preciso lembrar que o setor da habitação nunca dispôs de fundos comunitários, nem tão pouco de 60 milhões de euros de fundos comunitários para investimento.

E eu considero, e penso que V. Exa. também, que se trata de oportunidade única para investir em habitação, designadamente na requalificação do parque habitacional da Região. Temos 2 mil habitações propriedade da Região, muitas delas a necessitar de requalificação. E também investir na habitação, designadamente em construção de nova habitação, designadamente na ilha de São Miguel, mas podíamos começar em loteamentos, desde o loteamento da Terça, nas Flores, até ao loteamento do aeroporto, em Santa Maria, passando por muitas

centenas de lotes na ilha de São Miguel, São Vicente Ferreira e outros que já avançamos com a infraestruturização e que estão em condições de ser lançados com projetos executados. Este é o primeiro aspeto. Era só esse esclarecimento que eu queria.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Vinte anos depois.

A Oradora: E não pretendia mais do que isso.

A propósito do Pico, há muito a dizer. A herança, eu confesso, dizer que a herança no Pico é pesada, não faz justiça a todo o trabalho que foi desenvolvido naquela ilha em matéria de políticas sociais.

Relembro apenas a recém inaugurada creche, jardim de infância e ATL na Madalena do Pico, ou a creche, jardim de infância e ATL em São Roque do Pico, ou a ampliação do lar da Piedade do Pico, ...

Deputado Miguel Costa (*PS*): Que chatice! Mas há mais!

A Oradora: ... ou a ampliação do lar da Madalena do Pico e a prevista intervenção na creche das Lajes do Pico. Aliás, prevista sucessivamente nos últimos, pelo menos, três anos. Eu vou esclarecer ao Sr. Vice-Presidente, se me permitir. Pedi-me que eu esclarecesse e é isso que eu vou fazer. Que não aconteceu porque a instituição tinha muitas dúvidas sobre as valências que queria implementar.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): A culpa é da instituição!

A Oradora: Não, não é culpa da instituição. A culpa é que o edifício tem uma determinada dimensão, era preciso decidir se avançávamos só com creche e ATL, ou com creche, jardim e ATL. E optamos por creche e ATL.

Sr. Vice-Presidente, portanto, não há aqui nenhuma negligência relativamente aos investimentos na ilha do Pico.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): É preciso ter lata!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Optaram, mas não fizeram nada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos avançar para as intervenções de tribuna. A primeira é do Partido Socialista. Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para o Partido Socialista dos Açores, a luta contra a pobreza e a exclusão social constitui a primordial frente do combate político. Envolvendo, no mesmo compromisso, diversas áreas de governação, em cooperação e conjugação de interesses com a sociedade civil, a rede regional de organizações sem fins lucrativos e as empresas. Entendemos as políticas sociais como um investimento e não um custo.

Se há território que, nas últimas duas décadas, empreendeu uma profunda mudança de paradigma e de combate às desigualdades sociais, quer através da adoção de políticas, quer através do investimento e afetação de recursos, foi a Região Autónoma dos Açores sob a ação governativa do Partido Socialista dos Açores.

Constitui evidência disto o facto de contarmos, atualmente, na Região, com cerca de 700 respostas sociais, desde o apoio à infância e juventude, às pessoas com deficiência, à família e comunidade e a pessoas idosas.

Estas respostas sociais, com capacidade para mais de 34 mil utentes, procuram atender às necessidades das comunidades, de Santa Maria ao Corvo, e são, também, resultado do trabalho das 233 IPSS e instituições equiparadas, com Contratos de Cooperação - Valor cliente, com a Segurança Social, num montante superior a 67 milhões de euros em 2020.

Sras. e Srs. Deputados:

No combate à pobreza são já evidentes resultados da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, pelas melhorias aferidas, dos dados

provisórios relativos a 2020, do Inquérito sobre o Rendimento e Condições de Vida, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

A saber:

Os Açores foram a região do país que mais baixaram no indicador da privação material severa, (-3,5%);

Foram a região do país que mais baixaram no indicador de risco de pobreza, (-3,3%);

Os Açores foram também a região do país que mais baixaram a taxa de pobreza e exclusão social, (-4,3%).

Ou seja, os Açores deixaram de ser a Região com a taxa de privação material severa e de taxa de pobreza e exclusão social mais alta do país.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É a maior do país?

A Oradora: Importa também, aqui, lembrar os resultados alcançados em vetores estruturantes para a coesão e para o combate à pobreza, e que indicam o bom caminho feito nestes últimos anos de governação socialista:

O mínimo histórico de beneficiários de Rendimento Social de Inserção alcançado em 2019, com uma redução significativa de 18 563 beneficiários em janeiro de 2018 para 15 404 em dezembro de 2019, uma redução de 3 231 pessoas, ou seja, em dois anos, uma redução de mais de 3 mil pessoas;

O decréscimo da taxa de desemprego e das prestações de desemprego, nos Açores, também uma referência a ser lembrada, para valores mínimos, respetivamente, de cerca de 40 milhões e de cerca de 12 mil beneficiários em 2019.

O investimento, nos últimos 4 anos, de cerca de 98 milhões e meio de euros em reabilitação e recuperação do parque habitacional edificado. Facto que ficará decerto plasmado nos Censos que decorrem este ano.

Sras. e Srs. Deputados:

Esperávamos mais das Propostas de Plano e Orçamento e das Orientações de Médio Prazo, aqui em discussão. Falta-lhes arrojo e inovação face à boa herança

da governação do Partido Socialista.

Não estranhámos, portanto, o anúncio da necessidade de visitar a Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza 2018-2028, modo subliminar de, mediante alguns ajustamentos ou diferentes denominações, a assumirem também como sua. Refira-se o novo Projeto de Apoio a Pessoas Com Necessidades Especiais que vem na senda do Projeto Avaliar, Qualificar e Inserir, como exemplo.

Estranhámos, todavia, que, a anunciada necessidade de se priorizar os apoios à natalidade, não seja acompanhada de investimento público nas ilhas onde o fenómeno do despovoamento é mais grave, nomeadamente nas ilhas das Flores, Graciosa, Santa Maria e Faial, o qual é expressivamente menor ou inexistente em rubricas como Arrendamento Acessível e Cooperação; Apoio à Infância e Juventude; e Apoio a Idosos.

Que critérios sustentam esta falta de investimento ou de baixo investimento público nestas ilhas e rubricas?

É recorrente no debate político e na definição das políticas públicas, de qualquer território, a dualidade entre combate às desigualdades sociais versus crescimento económico.

Assim, impõe-se perguntar:

Afirmam nas Orientações de Médio Prazo que “Os fenómenos de pobreza e de exclusão social, exigem uma resposta estratégica multidisciplinar...” Qual é a estratégia deste Governo?

Quais são as metas quantificadas que pretendem alcançar com essa estratégia?

Que medidas concretas pretendem implementar, para promover a dinamização de processos de animação territorial e de desenvolvimento local?

O Governo do Partido Socialista conseguiu nos últimos anos diminuir o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção para menos de 15 mil beneficiários. Qual é o objetivo deste Governo para diminuir o Rendimento Social de Inserção em 2021? E qual é o objetivo para estes quatro anos de legislatura?

Por último, lembro que ficaram por responder as questões das minhas camaradas, nomeadamente da Sra. Deputada Isabel Teixeira, relativamente às vagas em creche e em lares.

A terminar, para o Partido Socialista dos Açores, o desafio à sustentabilidade e coesão dos Açores impõe um planeamento mais concertado, mais articulado e que atenda à diversidade das gentes e dos territórios das suas nove ilhas.

Exige-se, portanto, muito mais.

Pelos Açores, pelos açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento a esta intervenção. Não havendo, passamos à próxima intervenção. Tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A vida dos açorianos está marcada por demasiadas desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades, colocando a nossa Região como a mais pobre de Portugal.

75% das famílias açorianas sente dificuldades económicas, e parte delas refere mesmo que vive unicamente para pagar contas (segundo dados da revista Proteste). É com estes lamentáveis factos que nos deparamos, ao fim de 24 anos de governação socialista.

Era urgente a mudança, era necessária uma alteração de paradigma de forma a

cessar a subsídio-dependência, que em nada dignifica nem autonomiza uma sociedade. Uma sociedade que se quer desenvolvida e autossustentada.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: Acresce que os Açores, para além de serem uma das regiões mais pobres, foram das que mais sentiram na pele o empobrecimento dos rendimentos com a crise pandémica.

Estes são sinais de um tempo que insiste em prolongar-se. Um tempo cheio de incertezas.

Mas é sob a mesma forma de análise que concluímos que o Orçamento aqui apresentado em muito enaltece o combate às referidas problemáticas.

Trata-se de uma opção política deste Governo lutar contra a precariedade das famílias, proteger os mais vulneráveis, assim como apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, que desde sempre assumiram um papel primordial em parceria com o Executivo e que neste momento de crise se vêm mostrando como um verdadeiro e essencial auxílio.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Com a Resolução do Conselho de Governo n.º 82/2021, de 14 de abril, foram assim determinadas condições de atribuição de apoios extraordinários às IPSS e Misericórdias dos Açores, em virtude das despesas suplementares decorrentes do contexto pandémico.

As mesmas permitiram melhores condições para fazer face às despesas resultantes da pandemia da Covid 19.

Ora, muitas são as famílias que vivem na dependência de apoios sociais, e dessa forma o atual Orçamento indica estratégias e ações, com o objetivo de reforçar a comunidade, de apoiar e integrar grupos, indivíduos e famílias, impedindo um ainda maior agravamento das desigualdades sociais.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com uma visão estratégica que o Plano e Orçamento para 2021 prevê um aumento de 2,5% da remuneração complementar, bem como o aumento de 5% para os complementos regionais de pensão e abonos de família.

Ou a atualização do complemento para a aquisição de medicamentos pelos Idosos (COMPAMID), procedendo a um aumento de 10% no mesmo.

Ou o Programa “Novos Idosos”, um investimento inovador, no sentido de capacitar os idosos de forma a que continuem a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, com toda a segurança e de forma independente. É um projeto piloto, de que este Governo muito se orgulha, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... onde serão constituídas equipas de trabalho multidisciplinar de acompanhamento no plano dos cuidados ao idoso, bem como através de apoio financeiro ao cuidador informal.

Decorrente não só da pandemia, mas face ao envelhecimento populacional das nossas ilhas, surgiu a necessidade de repensar as políticas e as medidas destinadas a estes públicos tão vulneráveis. Desta forma, não foram só pensadas medidas de apoio às instituições que lhes prestam apoio, de forma a poderem aumentar a sua capacidade de reposta, quer em centro de dia, quer em centro de noite, mas também verbas destinadas à criação de unidades de cuidados continuados integrados em todas as ilha, especialmente onde ainda não tinham sido constituídas, ou não se encontrem em funcionamento, dando assim uma especial atenção às ilhas mais envelhecidas e demograficamente menos populosas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem, Sra. Deputada! Está lá!

A Oradora: A atualização da comparticipação diária atribuída aos doentes do

Serviço Regional de Saúde deslocados, bem como a atualização do complemento especial para doentes oncológicos – CEDO –, terá uma atualização de 10%.

Assim como a requalificação das casas dos doentes deslocados dos Açores beneficiará quem se desloca para tratamentos de saúde variados.

Relativamente aos públicos com necessidades especiais, estão inscritas várias ações, dizendo respeito à criação, ao melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência. Ações que visam assim um melhor acompanhamento daquele tipo de público, bem como a promoção das suas competências e o reforço da sua autonomia.

Este Orçamento para 2021 vem igualmente assegurar medidas no sentido de apoiar as famílias que, por via da Covid-19, registaram uma perda de rendimentos, ou então vivem uma situação de desemprego ou lay-off.

De referenciar também os apoios disponibilizados por este Governo para compensar os pais que permaneceram, e ainda permanecem, em casa com os seus filhos, ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: ... em consequência igualmente da Covid-19 e devido ao encerramento dos vários estabelecimentos de ensino.

Não posso deixar de lamentar a falta de solidariedade do Governo da República, que optou por uma diferenciação discriminatória dos pais açorianos, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... desrespeitando-os quando os mesmos descontam mensalmente para o sistema de segurança social, assumindo as suas contribuições, como qualquer cidadão português.

No que se refere a medidas de apoio à infância e juventude, destaca-se o aumento

da rede de respostas ao nível dos equipamentos sociais, para ambas os escalões. Este reforço irá potenciar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional, aumentando o número de vagas comparticipadas, mas também uma redução das mensalidades, pretendendo-se ainda adequar os horários de laboração das instituições, de forma a favorecer as dinâmicas das famílias.

Há ainda uma aposta clara no reforço das respostas através de centros de inclusão juvenil (CDIJ), com o intuito facilitador do reingresso das crianças e dos jovens na escola, bem como o fortalecimento dos seus conhecimentos e competências.

O Programa do XIII Governo dos Açores manifestou a necessidade expressa de responder eficazmente ao envelhecimento demográfico, na tentativa de atenuar os números preocupantes do tendente despovoamento das nossas ilhas. E não só, mas também, face à elevada necessidade de aumentar a natalidade. Por esse facto, adotará medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo a compatibilizar o apoio à educação dos filhos, criando condições de permanência aos mais idosos em ambiente familiar.

Essa será sem dúvida uma política de família, uma política integrada, universal e coerente, que terá em conta todas as realidades de cada agregado.

Relativamente à habitação, as principais estratégias de política sectorial da área visam prosseguir com programas de promoção, reabilitação e renovação habitacional. Que serão desenvolvidos através do apoio à habitação própria e a custos controlados, em operações urbanísticas e de reabilitação de infraestruturas habitacionais, na reabilitação do parque habitacional da Região, no programa “Casa Renovada, Casa Habitada” e no combate à infestação por térmitas. Existem assim incentivos e apoios ao arrendamento, operações de inserção social e reintegração social e programas de salvaguarda habitacional para zonas de risco.

Às políticas públicas caberá sempre um papel indispensável de defesa dos equilíbrios sociais e de combate às desigualdades. Um crescimento inclusivo, social e territorialmente equilibrado é uma das principais condições para a

promoção da coesão social, e a realidade é que os Açores se encontram confrontados com a necessidade de responder eficazmente à pobreza e à exclusão social. Porque somos uma Região marcada por desigualdades na distribuição de recursos e nas oportunidades, realidades que conduzem a um risco elevado de pobreza.

Um enorme desafio, mediante a situação em que vivemos atualmente, serão os projetos de intervenção social de carácter inovador, que vão desde a promoção da inclusão de minorias sujeitas a múltiplas discriminações aos projetos ligados à violência doméstica, passando pela promoção e inclusão de crianças e jovens, a promoção de comportamentos de risco e a promoção de parentalidade positiva, entre muitos outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Solidariedade Social deve ser entendida como um conjunto de políticas ativas que visam impulsionar o desenvolvimento social de uma região. Por esse facto, o Governo Regional está ciente de que as propostas apresentadas neste Orçamento são um motor de arranque para reduzir os níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Isto é que é ver com olhos de ver!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento a esta intervenção. Não

havendo, vamos passar à próxima intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado. Agora, sim.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Nesta que é a minha segunda intervenção, agora vou demorar mais algum bocadinho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

No tempo que vivemos, esta realidade parlamentar e este Governo são os sinais de uma mudança de paradigma governativo e o Plano e Orçamento que aqui estamos a discutir concretizam essa evidência.

Não será num orçamento que se implementarão todas as mudanças de rumo que se vinham a impor na Região e que os açorianos tanto anseiam. Mas este Orçamento, para lá dos compromissos herdados, dá passos firmes no sentido da mudança.

Um estudo recente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, apresentado em abril de 2021, sobre a pobreza em Portugal mostra que este Governo herda uma região com a maior incidência de pobreza a nível nacional, apresentando uma taxa cerca de três vezes maior do que a região com menor incidência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É intenção do CDS e deste Governo reconfigurar o combate à pobreza na Região, para inverter a situação social que afeta a nossa comunidade. É necessário, por isso, a aposta que este Plano e este Orçamento reflete na inserção e na inclusão social, nomeadamente na formação profissional dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e nos apoios efetivos ao percurso escolar dos estudantes carenciados através do pagamento de propinas.

De acordo com o estudo mencionado, os açorianos queixam-se sobretudo da falta de serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, do saneamento básico, da oferta cultural, dos transportes coletivos e, sobretudo, do despovoamento e

da solidão.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É para inverter esta constatação que o Plano e Orçamento para 2021 pretende fortalecer a capacidade de atuação e de resposta a quem mais precisa, sobretudo às famílias, àqueles que vivem numa situação de especial fragilidade, às empresas e às instituições sociais.

O projeto “Novos Idosos”, que visa manter os idosos em casa, é, neste sentido, uma medida inovadora no país. Com uma dotação de mais de 700 mil euros em 2021 e com um programa transversal a todas as ilhas e multidisciplinar no âmbito operacional, agregando instituições e competências, constitui a afirmação de um novo paradigma de políticas sociais orientadas para os mais vulneráveis e para quem mais precisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É neste sentido que se compreende também neste Plano e Orçamento o reforço do COMPAMID, o investimento na rede de cuidados continuados nos Açores, os apoios aos doentes deslocados e os apoios destinados aos doentes oncológicos.

No Faial, importa nomear o investimento na adaptação de um edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia da Horta, que virá colmatar uma das necessidades de reinstalação das valências de Centro de Atividades de Tempos Livres inclusivo, e especialmente o CAO e Lar residencial que se encontram em edifício pré-fabricado.

Neste particular, a agora Deputada... ausente, mas a agora Deputada Andreia Cardoso, como Secretária da Solidariedade Social, como consta do relatório da Comissão de Assuntos Sociais de Fevereiro de 2018, afirmou, para justificar a oposição a uma iniciativa do CDS que visava dotar a APADIF de um Centro de Atividades Ocupacionais, que iria apresentar até ao fim da legislatura o projeto de requalificação do CAO da Santa Casa da Misericórdia da Horta. Foi apenas uma

proclamação, efetuada apenas para silenciar a proposta que apresentamos, já que em absoluto nada foi feito. Era este o modo de governar do Partido Socialista. Bastava anunciar-se com pompa e circunstância e esperar que a espuma dos dias apagasse da memória a promessa feita ou decorresse o tempo suficiente para voltar a prometer o que rejeitaram, como fez nesta matéria o Deputado Tiago Branco na última campanha eleitoral.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Srs. Membros do Governo:

É esta errância, esta senda de dizer tudo e o seu contrário para procurar manter o eleitorado, que acabou. Com este Governo, com esta nova tutela da solidariedade social, os açorianos sabem que se fala com compromisso.

Os açorianos merecem verdade e esperam competência.

Este Plano e Orçamento é a prova dada que os açorianos e os Açores podem contar com o XIII Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar para a última intervenção nesta área. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate à violência continua a ser uma luta diária das sociedades modernas, quase como se a sua própria evolução fosse posta em causa, tais são os danos sociais que as diversas formas de violência acarretam e as dificuldades existentes para mudar atitudes e eliminar preconceitos.

Com efeito, a violência doméstica e de género são um flagelo e um crime, em muitos casos inseridos num quadro relacional. A violência doméstica continua a ser, nos Açores, significativamente superior em termos de taxas de incidência relativamente ao todo nacional. Os Açores apresentam, de acordo com os dados do último relatório nacional de segurança interna, 4,1 casos por mil habitantes, enquanto que a nível nacional o valor é de 2,8 casos de violência doméstica por mil habitantes. Torna-se numa matéria que tem que ser, por isso, prioritária no plano de ações de qualquer Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesta discussão do Plano e Orçamento, analisamos um conjunto de documentos que nos transmitem informações e orientações de expressão financeira para aplicação na nossa Região. E neles vemos, com enorme satisfação, as referências que vão objetivamente ao encontro de áreas da cariz social, também na perspetiva de igualdade de oportunidades, da inclusão social e combate à pobreza. São temáticas transversais que a todos cabe tentar corrigir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: A violência doméstica justifica *per se* a urgência na instituição de mais e melhores ações de sensibilização e criação de estruturas de apoio e de acompanhamento da vítima, assim como o reforço das existentes.

É importante agir já, não apenas junto das vítimas, mas também junto desta sociedade que ser quer menos violenta, desde logo numa educação mais

abrangente para as gerações mais novas, estimulando a consciência da não violência como um modelo cultural, assinando uma referência assente na comunicação e na resolução de conflitos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para 2021, estão previstos, nos Açores, diversos projetos de intervenção social vocacionados para a promoção nas áreas da infância e juventude, iniciativas junto dos idosos, das pessoas com deficiência e incapacidade, enfim, públicos em situação de grave exclusão.

Prevê-se um investimento substancial em campanhas de sensibilização, na criação de estruturas multidisciplinares, com intervenção técnica especializada no apoio técnico, na capacitação das instituições particulares de solidariedade social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O novo Executivo Regional vai assim reforçar as políticas de prevenção e combate à violência doméstica e de género, focando a ação na formação de profissionais de diferentes áreas: no social, na educação e na saúde. O objetivo é comum, visando sempre a melhoria das respostas de apoio à vítima.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

No campo dos projetos ligados à violência doméstica e ao modelo de vida independente na Região, está previsto o reforço das equipas com atuação local ao nível da prevenção e do combate em situações de violência doméstica, bem como criar mais equipas que trabalhem a promoção de igualdade de oportunidades.

Convém lembrar e alertar que as denúncias de violência doméstica dispararam após o confinamento na Região, tendo também aumentado os casos de violência de filhos para pais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Depois de um período de quase completa estagnação de denúncias, podemos utilizar o exemplo do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, que, ainda sem números concretos para divulgar, já afirmou que houve um aumento anual considerável, quando em comparação com 2020. É com esta realidade que estamos a viver. É esta realidade que temos de combater.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas quando o assunto é a violência, continua a ser a mulher que mais sofre com as várias formas o fenómeno, podendo correr sobre os mais variados contextos e fases da vida. É um fenómeno também transversal a todas as classes sociais, mesmo quando a violência existente é mais psicológica e financeira.

Cabe à vítima e às pessoas próximas o papel de denunciar. Cabe-nos a nós, aos decisores políticos, criar as condições para que essas pessoas acreditem, mesmo quando há risco, para que se possa debelar estas imensas fragilidades, rumo a uma sociedade mais justa, mais inclusiva e em que a violência seja apenas uma figura de alerta recordando memórias.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, pede a palavra para...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Para pedir um intervalo regimental.

Presidente: É regimental. Atendendo ao nosso horário, eu vou pedir ao Sr. Secretário que atualize os tempos do debate sobranes para o dia de amanhã e para os dias seguintes, claro, e já lhe concedo o intervalo.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 183 minutos e 22 segundos; o PS, 167 minutos e 3 segundos; o PSD, 140 minutos e 55 segundos; o CDS, 21 minutos e 26 segundos; o Chega, 9 minutos e 49 segundos; o Bloco de Esquerda, 15 minutos e 9 segundos; o PPM, 13 minutos e 46 segundos; a Iniciativa Liberal, 9 minutos e 4 segundos; e o PAN, 6 minutos e 3 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos por hoje. Boa noite a todos. Até amanhã. Um bom jantar e um bom descanso.

Eram 19 horas e 50 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: N.º 769/XIV (CDS-PP) - Altera o Decreto-Lei n.º 22-D/2021, de 2 de março, de modo a permitir aos alunos a realização de exames nacionais para efeito de melhoria da classificação final - n.º 43/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 04 – 21;

Assunto: N.º 761/XIV (BE) - Determina a revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário - n.º 44/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 04 – 21;

Assunto: N.º 782/XIV (PSD) - Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente - n.º 45/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2021 – 04 – 29;

Assunto: N.º 793/XIV (PCP) – Altera a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho) - n.º 49/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 13

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03;

Assunto: N.º 792/XIV (PCP) – Altera a Lei da Defesa Nacional (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho) - n.º 51/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 04.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: N.º 83/XIV (GOV) – Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas - n.º 46/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 13

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03;

Assunto: N.º 84/XIV (GOV) – Aprova a nova Lei Orgânica das Bases da Organização das Forças Armadas - n.º 47/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 13

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03;

Assunto: N.º 85/XIV (GOV) – Altera a Lei de Defesa Nacional - n.º 48/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 13

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03;

Assunto: N.º 86/XIV/2.^a (GOV) – Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025 - n.º 52/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 16

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 05.

3 – Projeto de Decreto do Presidente da República:

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência – n.º 50/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 14

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Regulamenta o regime jurídico da segurança do ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019 - n.º 16/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03.

5 – Projeto de Resolução do Conselho de Ministros:

Assunto: Aprova a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 – PCM (MM) – (Reg. R 865/XXII/2021) - n.º 17/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 03.

6 – Projetos de Resolução:

N.º 53/XII

Assunto: [Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 03 – 26

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 04 – 26;

N.º 54/XII

Assunto: [Pela consagração da igualdade de direitos do “Programa Regressar”](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 05;

N.º 55/XII

Assunto: [Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data-limite de Parecer: 2021 – 05 – 05.

7 – Petição:

N.º 5/XII

Assunto: Regulamento de Concurso do Pessoal Docente

Proveniência: Renato Calado Lameirão Gonçalves

Data de Entrada: 2021 – 03 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 06 – 14.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Projeto de Requalificação do Porto da Horta](#)

Autor: Miguel Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29

Referência: 54.02.07 – N.º 97/XII;

Assunto: [Por uma política de valorização da espécie atum rabilho \(*thunnus thynnus*\)](#)

Autores: Mário Tomé e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 98/XII;

Assunto: [Preceito de informar os passageiros da Atlânticoline](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.01.00 – N.º 99/XII;

Assunto: [Medidas extraordinárias COVID-19](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 100/XII;

Assunto: [Constrangimentos do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 08

Referência: 54.06.03 – N.º 101/XII;

Assunto: [Solução para mitigar a inatividade do entreposto frigorífico de Vila do Porto](#)

Autores: Bárbara Chaves e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 12

Referência: 54.02.01 – N.º 102/XII;

Assunto: [Património histórico e arquitetónico da Casa do Pilar - Faial](#)

Autores: Carlos Ferreira e Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 103/XII.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Ilhéu de Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.03.02 – N.º 46/XII;

Assunto: [Ausência de avaliação externa no ProSucesso](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 59/XII;

Assunto: [Pavilhão da Escola Básica e Secundária de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.03.01 – N.º 64/XII;

Assunto: [Serviço Regional de Estatística dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 74/XII;

Assunto: [Identificação e soluções para casos de grave carência habitacional na](#)

[ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 31

Referência: 54.06.08 – N.º 44/XII;

Assunto: [Encomenda ao LNEC de estudo em modelo físico reduzido relativo ao projeto de reordenamento da Bacia do Porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 05

Referência: 54.01.07 – N.º 61/XII;

Assunto: [Escola do Mar dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.06.07 – N.º 60/XII;

Assunto: [Juristas ao Serviço da Administração Regional e do Setor Público Empresarial Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 62/XII;

Assunto: [Instalação da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial \(APADIF\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 63/XII;

Assunto: [Candidaturas ao Colégio da Europa e à Bolsa "José Medeiros Ferreira"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 65/XII;

Assunto: [Governo e Navio Malena voltam a deixar a ilha das Flores para segundo plano](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.02.08 – N.º 67/XII;

Assunto: [Inspeção à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.03.02 – N.º 68/XII;

Assunto: [Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09

Referência: 54.03.03 – N.º 94/XII.

10 – Informações:

Assunto: Envio dos Planos e Orçamentos/2021, do Setor Público Empresarial Regional, em cumprimento do dever especial de informação consignado no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete do Senhor Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 21/XII (IL) – “Recomenda ao Governo a avaliação da situação dos trabalhadores independentes”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 29/XII (PPM) – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 31/XII (BE) – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução

n.º 33/XII (PAN) – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel - MUSAMI”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Pedido de suspensão de mandato/substituição temporária por motivo relevante (motivos de saúde), nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 1 de abril de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da suspensão do mandato do Deputado Mário Tomé, a vaga será preenchida pela candidata do círculo eleitoral do Pico, Marta Matos, que já exerceu funções de Deputada na presente legislatura, pelo que tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 1 de abril de 2021, inclusive

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 45 dias, da Proposta de Resolução n.º 19/XI (GOV) – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2019”

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 05;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 37/XII (PAN) – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 06;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 15 dias, do Projeto de Resolução n.º 40/XII (PSD) – “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 06;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 24/XII (CDS-PP/PPM) – “Criação do Canal Parlamento/Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 07;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 25/XII (PAN) – “Reavaliação técnica da classificação de zona de alto risco na ponta da Fajã, no concelho das Lajes das Flores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada

Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 07;

Assunto: Agradecimento pelo Voto de Saudação pelo centenário de Armando Amaral, proposto pelo CDS-PP e aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Armando de Freitas Amaral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 08;

Assunto: Agradecimento pelo Voto de Saudação pelo centenário de seu irmão Armando Amaral, proposto pelo CDS-PP e aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Teresa Amaral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09;

Assunto: Agradecimento pelo Voto de Congratulação à MiratecArts, galardoada pelos Globos Excellence Awards, da Lux Review, com o Prémio de Melhor Empresa Internacional de Gestão de Eventos e Festivais de Arte (Best International Art Festivals & Event) em 2020, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Ricardo de Jesus Vicente Tavares, Diretor Regional da Cultura

Data de Entrada: 2021 – 04 – 09;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 44/XII (PS) – “Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e laticínios”, por mais 30 dias

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente

de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 12;

Assunto: Ofício a informar o peticionário que a Petição n.º 5/XII, foi admitida na reunião da Comissão de 13 de abril de 2021

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15;

Assunto: Ofício a formalizar o pedido de retirada do caráter de urgência da Proposta de Decreto Legislativo regional n.º 7/XII - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, de 9 de maio, que aprova o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Pedro de Faria e Castro, Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XII (PAN) – “Criação da Figura do Provedor Regional do Animal”, por mais 30 dias, até 14 de maio de 2021

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII (PPM) – “Cria a figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores”, por mais 30 dias, até 14 de maio de 2021

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII (PS) – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 42/XII (PS) – “Prorrogação Extraordinária do Estagiar L e T”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 15.

11 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Pedido do Senhor Presidente da República para a renovação da declaração do estado de emergência – Audição n.º 50-XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2021 – 04 – 14;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII –](#)

[Orientações Médio Prazo 2021-2024, n.º 5/XII – Plano Anual Regional para 2021 e n.º 6/XII – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 05;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 48/XI – Programa Regressar – Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 - 08

Assunto: [Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Altera a Lei Quadro das Fundações – PCM – \(Reg. PL 841/XXII/2021\) - Audição n.º 14/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 710/XIV \(PS\) - Clarifica e simplifica procedimentos de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais, procedendo à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais - Audição n.º 30/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 715/XIV \(PSD\) - Consagra um regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo Vírus SARS-COV2 e pela doença Covid-19, de redução do número de proponentes necessários à apresentação de candidaturas de grupos de cidadãos às](#)

[eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021, bem como procede à vigésima terceira alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais - Audição n.º 31/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 719/XIV \(BE\) - Pela reposição das condições de participação cívica e eleitoral cidadã \(11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e 6.ª alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto\) - Audição n.º 32/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 721/XIV \(PAN\) - Corrige algumas lacunas da Lei n.º 11/2017, de 17 de abril, e alarga o respetivo âmbito de aplicação ao sector social, tendo em vista o combate da obesidade e a promoção de hábitos alimentares saudáveis - Audição n.º 34/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 730/XIV \(PCP\) - Altera a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais em matéria de inelegibilidades especiais \(11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, pela Lei n.º 72-A/2015,](#)

de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2017 e 2/2017, de 2 de maio, 3/2018, de 17 de agosto, 1-A/2020, de 21 de agosto e 4/2020, de 11 de novembro) - [Audição n.º 37/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 29;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – Orientações Médio Prazo 2021-2024, n.º 5/XII – Plano Anual Regional para 2021 e n.º 6/XII – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 05;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – Orientações Médio Prazo 2021-2024, n.º 5/XII – Plano Anual Regional para 2021 e n.º 6/XII – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 04 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 740/XIV \(PCP\) - Estabelece medidas com vista à eliminação dos exames, fixando um regime transitório para conclusão do ensino secundário e acesso ao ensino superior no ano letivo 2020/2021 - Audição n.º 38/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 04 - 09

Assunto: [Sobre a Petição n.º 3/XII – Comparticipação do Estado nas despesas com medicina homeopata](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 01;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Assegura a execução na ordem jurídica interna do regulamento \(CEE\) n.º 2919/85, que fixa as condições de acesso ao regime reservado pela convenção revista para a navegação do reno às embarcações que pertencem à navegação do reno - MM - \(Reg. DL 688/XXII/2020\) – Audição n.º 15-GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 08;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – Orientações Médio Prazo 2021-2024, n.º 5/XII – Plano Anual Regional para 2021 e n.º 6/XII – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 12;

Assunto: [Final sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – Orientações Médio Prazo 2021-2024, n.º 5/XII – Plano Anual Regional para 2021 e n.º 6/XII – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 14.

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15.

O redator, André Silva